UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS

DEPARTAMENTO DE LETRAS CLÁSSICAS E VERNÁCULAS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOLOGIA E LÍNGUA PORTUGUESA

SANDRA DELNERI PETEAN TORRANO

**Produtividade e criatividade do léxico: os neologismos na área da
informática**

São Paulo

2010

SANDRA DELNERI PETEAN TORRANO

**PRODUTIVIDADE E CRIATIVIDADE DO LÉXICO:
OS NEOLOGISMOS NA ÁREA DA INFORMÁTICA**

Dissertação apresentada à Faculdade de
Filosofia, Letras e Ciências Humanas da
Universidade de São Paulo para a obtenção
do título de Mestre

Área de Concentração: Filologia e Língua
Portuguesa

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Ieda Maria Alves

São Paulo

2010

Nome: TORRANO, Sandra Delneri Petean

Título: Produtividade e criatividade do léxico: os neologismos na área da informática

Dissertação apresentada à Faculdade de
Filosofia, Letras e Ciências Humanas da
Universidade de São Paulo para a obtenção do
título de Mestre

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Agradecimentos

À Profª Drª Ieda Maria Alves, por ter acreditado no meu projeto, pela orientação, estímulo e dedicação.

Àqueles que me acompanharam nas diferentes etapas desta jornada: amigos das escolas, Oficina Pedagógica e Dirigente da Diretoria de Ensino Centro-Oeste; professores e secretárias do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, em especial à Profª Drª Maria Inês B Campos, Miriam e Dayane.

À meus pais (*in memoriam*), por me ensinarem a não desistir.

Ao meu marido Eduardo, pelo incentivo e compreensão nas horas mais difíceis.

À Giulliana, por aceitar a minha ausência.

Não se pode especialmente compreender os efeitos simbólicos da linguagem sem levar em conta o fato, mil vezes atestado, de que a linguagem é o primeiro mecanismo formal cujas capacidades geradoras são ilimitadas. Não há nada que não se possa dizer, e pode-se dizer o nada. Pode-se enunciar tudo na língua, isto é, nos limites da gramaticalidade.

Pierre Bourdieu

RESUMO

TORRANO, S. D. P. **Produtividade e criatividade do léxico: os neologismos na área da Informática**. 2010. 123 f. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

Esta Dissertação tem como objetivo principal analisar os neologismos da área da Informática, especialmente os estrangeirismos, por meio de um *corpus* constituído por uma publicação de grande circulação, especializada nessa área. A partir da análise dos processos de formação de termos, verificamos os processos vernáculos mais utilizados e o emprego de estrangeirismos de origem inglesa. Retomamos algumas polêmicas quanto às políticas linguísticas e à discussão da influência do estrangeirismo. Agrupamos por processos de formação os termos selecionados por um programa extrator de neologismos. Reconhecemos 745 neologismos, em quinze edições da revista analisada, correspondentes ao período de janeiro de 2007 a dezembro de 2008, sendo que 46,31% são constituídos de estrangeirismos; os 42,97% restantes correspondem à derivação, às siglas e às formações acronímicas. Nosso estudo demonstrou que a área da Informática é fortemente influenciada por uma cultura externa representada pelo estrangeirismo de língua inglesa, sendo que os termos não apresentaram nenhum tipo de marca especial dentro da publicação, como aspas ou itálico, nem explicações entre parênteses quanto ao seu significado. São usados como se já pertencessem ao universo léxico do português brasileiro, passíveis de sofrerem adaptações dentro dos padrões da língua portuguesa, como qualquer outro termo vernáculo.

Palavras-Chave: Informática. Estrangeirismo. Terminologia. Lexicologia. Neologismo.

ABSTRACT

TORRANO, S. D. P. **Productivity and creativity of the lexicon: the neologisms in the area of the Computer science.** 2010. 123 f. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010

This Dissertation has as main objective to analyze the neologisms of the area of the Computer science, especially the foreign expressions, by means of a corpus constituted by a publication of great circulation, specialized in that area. Starting from the analysis of the processes of formation of terms, we verified the used vernacular processes, and the employment of foreign expressions of English origin. We retaked some polemics with relationship to the linguistic politics and the discussion of the influence of the foreign expression. We get process of formation into groups the terms selected in a program Extractor of Neologisms. We recognized 745 neologisms, in fifteen editions of the analyzed magazine, what corresponds to the period of January of 2007 to December of 2008, and 46,31% are constituted of foreign expressions; 42,97% correspond to the derivation and to the acronyms. Our study demonstrated that the area of Computer science is influenced strongly by an external culture represented by the English-speaking foreign expression, in which the terms didn't present any type of special graph inside of the publication, as quotation marks or italics, nor explanations among parentheses with relationship to its meaning. They are used as if they already belonged to the Brazilian Portuguese's lexical universe, and it's possible of suffering adaptations inside of the patterns of the Portuguese language, as any other vernacular term.

Key-words: Informatic. Foreign terms. Terminology. Lexicology. Neologism.

SUMÁRIO

I . INTRODUÇÃO.....	9
II . ASPECTOS TEÓRICOS DA CRIAÇÃO LEXICAL	
2.1 Introdução.....	12
2.2 Léxico.....	12
2.3 Termo e Terminologia.....	15
2.4 Os processos de criação lexical.....	17
2.5 Os processos vernáculos.....	17
2.6. Estrangeirismos e Empréstimos.....	20
2.7. A dinâmica da língua e a aceitabilidade do estrangeirismo.....	28
III. POLÍTICA LINGUÍSTICA NO BRASIL	
3.1 Os responsáveis legais.....	36
3.2 Discussões em torno do Projeto de Lei 1676/1999.....	37
IV. METODOLOGIA	
4.1 Constituição do <i>corpus</i>	41
4.2 <i>Corpus</i> de exclusão.....	42
4.3 Percurso dos termos da informática.....	43
4.4 Dados quantitativos.....	44
4.5 Processos vernáculos.....	47
4.6 Estrangeirismos.....	48
V. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS	
5.1 Análise quantitativa dos dados.....	49
5.2 Análise qualitativa dos dados.....	88
VI. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	108
VII. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	110
VIII. ANEXOS	
8.1 Projetos de lei, especialmente PL nº 1676/1999, Dep. Aldo Rebelo.....	116

I. INTRODUÇÃO

Desde o império romano, passamos por um processo econômico e social que estabelece a integração entre diferentes povos, no qual as nações detentoras dos avanços tecnológicos ou bélicos comandam a troca de produtos e os mercados para troca, fato que sempre impulsionou a atividade econômica mundial. Por meio desse processo, também são feitas trocas culturais. No mundo atual, a evolução da tecnologia, dos transportes, da Informática e das telecomunicações gerou o fenômeno chamado globalização, um processo cíclico, baseado no elevado avanço tecnológico.

A globalização, como fenômeno social, promoveu a integração econômica, social, cultural e política de diversos países, aproximando os povos e incentivando um grande fluxo comercial. A interconexão mundial dos meios de comunicação foi uma das condições para que a globalização pudesse ocorrer, além de uma equiparação da oferta de mercadorias, das moedas nacionais e das línguas. A criação de uma rede de conexões facilitou as relações culturais, pois fez com que as distâncias se tornassem cada vez mais curtas. Afirma Lima (1998: 6):

uma das condições essenciais para que a globalização se efetive como um processo de desenvolvimento democrático é criar condições para que a geração, uso e transferência da informação seja também um processo democrático, e isto só se torna possível quando todos os envolvidos dominam o código utilizado para a representação e a recuperação da informação, ou seja, numa situação ideal a inexistência de ruídos no processo de comunicação.

O aumento da universalização do acesso a meios de comunicação também pode ser observado com o barateamento dos aparelhos, principalmente celulares e os de infraestrutura para as operadoras, as quais aumentaram sua cobertura e melhoraram a qualidade graças à implantação de novas tecnologias e rapidez na divulgação das notícias. Um aparelho celular é hoje lançado quase simultaneamente em vários lugares do mundo.

Além disso, as redes de rádio, televisão e a imprensa impressa também se beneficiaram com a globalização, tendo acesso às notícias internacionais de forma mais rápida e podendo divulgá-las pelos novos meios de comunicação: Internet e celular.

Dentro desse processo de globalização, com o desenvolvimento da informática nos anos 60 e sua popularização nos anos 80, os processos de comunicação alteraram-se e se tornou mais raro o envio de uma carta via correio que não seja o eletrônico. As novas

tecnologias propiciaram uma maior divulgação do conhecimento e implementaram a formação de novas ciências, cujos saberes se constroem e se autodefinem por meio de um sistema conceitual e terminológico, de acordo com uma ‘visão de mundo’. Para novos conceitos geram-se novos termos, que os resumam e denominem, criando uma rede conceitual e uma rede de usuários, os quais promovem uma troca linguística entre os mercados atingidos pela globalização.

Nesta troca linguística, a comunidade usa livremente sua língua num constante processo de conservação e renovação, aceitando termos estrangeiros ou alienígenas pertencentes às novas tecnologias que vão surgindo. Segundo Bourdieu (1998), o *habitus* linguístico direciona o falante a falar e dizer coisas pré-determinadas e, ao mesmo tempo, o ouvinte transforma a língua conforme sua experiência particular e coletiva.

O computador e a Internet invadiram a vida cotidiana para facilitá-la, para eliminar os papéis com o uso dos arquivos digitais, para o armazenamento de fotos num *DVD* e para vê-las na televisão, dando mais tempo aos indivíduos para desenvolverem outras atividades. Pode-se fazer uma pesquisa em diversas bibliotecas e livrarias sem sair da frente do computador.

Os adolescentes comunicam-se pela Internet, no *Orkut* (nome do projetista chefe que o criou), um “*site*” de relacionamento ou rede social filiada ao Google. Conforme a Wikipédia, enciclopédia livre, houve nos últimos tempos uma invasão de brasileiros no *Orkut*, provocando reclamações por parte de outros usuários. Segundo o próprio site, em agosto de 2006, o número de usuários correspondia a 25 milhões de pessoas, sendo 64,95% brasileiros, de acordo com a nacionalidade informada. Essa invasão gerou neologismos como *orkutar* – ato de acessar o site orkut; *scraps* – página de comentários, abreviação de *scrapbook*. Tais neologismos parecem figurar somente nesta área específica, mas podem ultrapassar este limite e entrarem na língua geral.

Acreditamos que a influência dos estrangeirismos na área da Informática é grande no processo de desenvolvimento e criação de termos, considerando-se tanto os termos que dizem respeito à montagem e manutenção de equipamentos quanto àqueles referentes ao acesso às páginas da Internet, devido à agilidade no processo de criação ou adoção de novos vocábulos.

Baseados no fato de que conhecer uma palavra é relacionar um significado ou definição a ela, sabendo empregá-la de acordo com o contexto e reconhecendo o grau de probabilidade de seu uso, nossa proposta é aprofundar o estudo do processo de apropriação de estrangeirismos, sua alteração segundo os padrões da língua portuguesa, tentando mostrar que

a adoção de um termo alienígena não desconfigura a língua, mas contribui para a sua renovação.

Nesse contexto de estudo, abordamos a questão da política linguística no Brasil, a última tentativa de se estabelecerem leis de proteção ao idioma, bem como a perspectiva contrária à adoção de leis protecionistas, reconhecendo o estrangeirismo como um neologismo decorrente de um processo de criação lexical natural.

Para tanto, analisamos, neste trabalho, os processos de criação de neologismos na área da Informática, de modo a avaliar a produtividade e criatividade do léxico e identificar os termos mais relevantes. Utilizamos em nossos estudos a análise do léxico de uma revista de divulgação da área da Informática, de grande circulação, de modo a detectar os termos empregados nesse contexto, partindo da premissa de que a grande maioria constituía-se de estrangeirismos, influenciados pela língua de origem da ciência em questão.

Para tanto, julgamos necessário fazer uma abordagem sobre as teorias linguísticas relacionadas ao estudo do léxico, de modo a considerar a neologia como um processo natural das línguas, apresentar os processos de formação de termos e analisar os termos extraídos do *corpus* selecionado.

O objetivo principal deste trabalho é, pois, analisar os neologismos da Informática, especialmente os estrangeirismos, por meio de um *corpus* constituído por uma publicação de grande circulação, especializada na área da Informática.

A partir da análise dos processos de formação de termos, pretendemos verificar:

- os processos vernáculos mais utilizados;
- o emprego de estrangeirismos de origem inglesa;
- a discussão da influência do estrangeirismo, retomando algumas polêmicas quanto às políticas linguísticas.

II. ASPECTOS DA CRIAÇÃO LEXICAL

2.1 Introdução

A língua é ao mesmo tempo inovação e conservação, sendo o léxico a parte que mais permite inovações, pois possui um inventário aberto que aceita o estrangeirismo como um alienígena dentro da língua, carregando valores ideológicos de sua origem. Os próprios falantes fazem o empréstimo, às vezes renegando aportuguesamentos, pois a heterogeneidade e dinâmica da vida cultural não podem ser controladas com a imposição de uma língua-padrão.

A dinâmica do mundo atual gera concentração de estrangeirismos de origem inglesa devido à forte influência política e econômica dos Estados Unidos, e a busca por frear a influência de outra língua não é prática recente, pois a cada nova década aparecem novos defensores da língua na ânsia de mantê-la intacta. Mas, quando o falante adota um termo estrangeiro, a própria língua, como sistema autorregulador, faz suas adaptações e rejeita termos cujos referentes já não existam mais.

Para entendermos a dinâmica da criação de neologismos, optamos por fazer uma abordagem dos processos neológicos de maior produtividade e apresentar um panorama da dinâmica da língua na construção de novos termos, concentrando-nos nos estrangeirismos como forma de ampliação do léxico e criação de neologismos dentro de uma área de especialidade.

2.2 Léxico

O léxico é o conjunto de unidades lexicais efetivas (realizadas) e virtuais (realizáveis). É um sistema que contém o vocabulário (norma), conjunto das unidades lexicais atualizadas em discurso. O léxico efetivo divide-se em passivo (lexias decodificáveis, mas não atualizadas pelo indivíduo) e ativo (lexias decodificáveis e codificáveis pelo indivíduo), sendo este um subconjunto daquele.

Várias disciplinas estudam o léxico. Citamos, dentre outras: Lexicologia, estudo do componente lexical geral das línguas; Lexicografia, arte ou técnica de compor dicionários da língua geral; Terminografia ou Lexicografia Aplicada, voltada à produção de glossários, dicionários técnicos ou terminológicos, bancos de dados, e também, à padronização terminológica; Documentação, organização da informação bibliográfica, cujos termos técnico-científicos servem como descritores, dando suporte à linguagem documentária na recuperação da informação; Terminologia, ciência que integra a história da humanidade, dedicando-se ao estudo dos termos, unidades lexicais dos campos técnicos e científicos. Todas são ciências que trabalham com o léxico e que podem nos ajudar a descrever e diferenciar os termos da área da Informática das lexias, de uso na língua comum e de domínio público. Afirma Barbosa (1990:1):

A Lexicologia, um dos ramos da Linguística, é o estudo científico do léxico. Cabem-lhe numerosas tarefas, pois a unidade lexical já é um nível de articulação morfo-sintático-semântico bastante complexo. Lembremos, aqui, algumas dessas tarefas: definir conjuntos e subconjuntos lexicais - universo léxico, conjunto vocabulário, léxico efetivo e virtual, vocabulário ativo e passivo; conceituar e delimitar a unidade lexical de base – a lexia –, bem como elaborar os modelos teóricos subjacentes às suas diferentes denominações; (...) examinar as relações de léxico de uma língua com o universo natural, social e cultural, a transposição de uma "realidade" infinita e contínua a um número limitado de lexias, o recorte do real operado pelo léxico das diversas línguas; abordar a palavra como um instrumento de construção e detecção de uma "visão de mundo", de uma ideologia, de um sistema de valores, como geradora e reflexo de recortes culturais;

A palavra já foi abordada de diversas formas e por várias ciências, mas a forma de abordagem é que vai identificá-la como objeto de estudo de determinada ciência. Estudar a palavra é observá-la sob diversos ângulos, como afirma Barbosa (1990: 1):

[...]estudar o conjunto de palavras de determinado sistema, ou de um grupo de indivíduos, como universo léxico ou conjunto vocabulário, analisar o léxico efetivo - ativo e passivo - e fazer estimativas sobre o léxico virtual, numa perspectiva diatópica, diacrônica, diastrática e diafásica; procurar sistematizar os processos fundamentais de criação e renovação lexicais - neologia fonológica, semântica, sintagmática e aloenética -, as relações da neologia com o contexto de enunciação, os mecanismos de auto-alimentação e auto-regulagem do léxico; formalizar a dinâmica do léxico e do processo neológico, observadas as fases de criação da palavra, sua aceitabilidade no meio social, sua desneologização e possível reneologização.

Segundo Barbosa (1981), o universo léxico e o conjunto vocabular são dois conjuntos que mantêm uma relação de inclusão. O universo léxico é o conjunto de todas as unidades disponíveis para serem atualizadas pelo locutor e as que ainda não foram efetivadas, as virtuais. Possui um conjunto complementar, o não-léxico, formado por lexias viáveis em outro sistema linguístico que não o da língua em questão. Chamamos lexemas às unidades do léxico, ou seja, as lexias disponíveis para atualização, construídas antes da emissão da mensagem.

Quando o lexema se efetiva num discurso, passa a designar-se vocábulo, sendo este a unidade do conjunto vocabular. O conjunto vocabular é formado somente pelos vocábulos já atualizados; os vocábulos ainda não atualizados formam o seu conjunto complementar, o não-vocabulário.

O vocabulário corresponde a uma determinada parte do léxico individual, que por sua vez faz parte do léxico global, visto que o vocabulário não abrange todo o léxico, é apenas uma amostra da qual não fazem parte os lexemas virtuais. Os lexemas virtuais fazem parte do universo léxico e ainda não foram atualizados, criados, podendo sê-lo dentro da estrutura do sistema a qualquer momento. Quanto ao vocabulário passivo, é uma parte do vocabulário que é decodificável pelo indivíduo, mas nunca por ele empregado.

O conjunto vocabular com o qual tomamos contato, uma realização concreta, constitui-se no vocabulário ativo do indivíduo, o qual está em relação de inclusão com o vocabulário passivo. O enriquecimento do léxico individual vai depender do meio sócio-cultural em que vive o indivíduo. A cada fase do aprendizado, o indivíduo amplia seu vocabulário, desde o ambiente familiar até o profissional, sendo que o aprendizado do léxico nunca termina, perdura durante toda a vida desse indivíduo. A aprendizagem do léxico é praticamente infundável.

Na memória do falante existe um número variável de signos que podem ser atualizados no ato de fala. Enquanto estão na memória, possuem diferentes significados, mas quando atualizados, o contexto restringirá estes significados.

Dizemos então que, no nível da memória, a “palavra” funciona como unidade do sistema, isto é, o sistema contém elementos efetivos de alta e de baixa frequência, e elementos virtuais, as lexias, com todos os significados possíveis de lhe serem atribuídos.

À norma, pertencem os elementos de alta frequência e de distribuição regular entre os falantes, onde ocorre, então, uma redução dos sentidos atribuídos à “palavra” no sistema, pertencendo-lhe apenas os sentidos daquela comunidade linguística.

No ato de fala, a lexia possui um sentido único no contexto em questão. Este sentido único nos remete à noção de vocábulo, unidade da norma, representada pelo conjunto vocabular, que é o modelo representado pela palavra (cada ocorrência de um vocábulo na fala).

Em todo este processo de sistema a fala, observamos que para atualizar uma lexia passamos de uma amplitude para uma redução dos sememas lexical e gramatical, de acordo com o enfoque da mensagem. Passa-se da polissemia para a monossema. Se ocorrer uma ampliação posterior, estaremos diante de um novo vocábulo, e podemos ter, caso este seja recuperado pelo sistema, um neologismo (Barbosa, 1981:140).

O léxico, por ser um inventário aberto e representar a disponibilidade e possibilidades de criação do sistema, é o principal responsável pela mudança ou dinâmica da língua. A cada avanço tecnológico ou mudança na visão de mundo é necessária a criação de novos termos, o que justifica a dinâmica da língua acompanhar a dinâmica do mundo.

Diante das possibilidades do sistema, os escritores desempenham a função de qualquer falante da língua, isto é, criam novas palavras, porém estas criações seguem interesses estilísticos e não uma necessidade puramente de comunicação. A palavra criada dentro do universo literário possui um significado dentro de um contexto, não advém de uma necessidade da língua e dificilmente ultrapassa a barreira do contexto, isto é, não passará por um processo de aceitabilidade pela comunidade de falantes, pois sua função de comunicação pertence ao texto literário, sendo decodificável no contexto. Embora tais criações lexicais pertençam somente ao campo literário, a sua criação obedece, em geral, às regras de formação de palavras da língua à qual pertence.

2.3 Termo e Terminologia

O termo possui uma dimensão cognitiva, na medida em que expressa o conhecimento de uma área específica, e uma dimensão linguística, como componente lexical especializado ou temático das línguas. Em seu conjunto, os termos representam a terminologia de uma especialidade.

A Terminologia possui uma face teórica e outra aplicada, tendo os termos como objeto teórico, estudando sua constituição e funcionamento, origem e suas relações nas áreas do conhecimento científico e técnico, estabelecendo princípios e métodos de elaboração de

ferramentas e produtos. É uma prática antiga, mas somente reconhecida no século XVII. Em linhas gerais, os termos deveriam evitar a ambiguidade, motivo pelo qual foram criados inicialmente com afixos e radicais gregos e latinos, formando a tradição das nomenclaturas técnico-científicas.

Porém, com o crescente e rápido desenvolvimento das ciências, fez-se necessária a criação de denominações para as novas descobertas, o que aumentou a preocupação com a terminologia empregada. Passamos a ter profissionais envolvidos diretamente com a linguagem, como tradutores, intérpretes, e que necessitam de termos precisos, fazendo com que a terminologia do século XX seja marcada por estratégias pragmáticas na intervenção sobre o uso de vocabulários especializados.

A tradição de colecionar e organizar palavras, significado da palavra do latim medieval *dictionary*, remonta ao século VII a.C., com os habitantes da Mesopotâmia, os Acádios. Esse povo criou listas bilíngues sumério-acadianas, com ênfase para o campo semântico ligado às atividades mercantis da época, e os babilônios também produziram suas listas de palavras. Mas a intensa atividade lexicográfica desenvolveu-se propriamente no período medieval, graças à formação das diversas línguas neolatinas que passaram à categoria de vernáculos, destacando-se a produção de obras lexicográficas como glossários e enciclopédias. Esta tradição de listagem de palavras provocou o ressurgimento de listas temáticas bilíngues, as quais se multiplicaram. Os glossários constituíram-se no ponto de partida para a elaboração de dicionários como textos complexos, volumosos e de difícil manipulação, cujos consulentes eram os mestres. O público-alvo só se altera com o advento da imprensa e a expansão da escolarização na Europa, o que provoca uma reformulação nos dicionários, tornando-os mais acessíveis.

Durante o Renascimento, a prática lexicográfica intensificou-se e os dicionários de uma única língua ou monolíngues passaram a ser chamados de *thesaurus* (tesouro) e o século XX presenciou um rápido desenvolvimento na produção de obras lexicográficas, refletindo a aceleração do mundo contemporâneo.

Os dicionários, como qualquer outro texto escrito, traz consigo características da sociedade à qual pertence, sendo um instrumento de registro da história do homem, que arquiva, organiza e recupera informações lingüísticas.

Na época contemporânea, observa-se o desenvolvimento de estudos com o objetivo de normatização de terminologias, planificação linguística, incentivo à criação oficial de neologismos, valorização da tradução e constata-se também o desenvolvimento da lexicografia geral e especializada e da terminografia, na produção organizada de glossários,

dicionários técnicos, etc.. Graças ao processo de globalização, há um aumento na tradução especializada aliada ao avanço da Informática.

Observa-se ainda uma crescente demanda por traduções técnicas e pela divulgação de glossários, dicionários técnico-científicos e bancos de dados terminológicos, haja vista a acelerada produção do conhecimento e sua divulgação que invade a sociedade. Alguns países, diante disto, buscam a padronização das terminologias, como é o caso da França, Espanha e Canadá, que possuem uma legislação específica para o tema.

2.4 Os processos de criação lexical

Segundo Alves (1990), podemos classificar os processos de formação lexical em neologismos fonológicos, sintáticos, semânticos e por empréstimo. Na maioria das vezes, a língua portuguesa tem ampliado seu acervo lexical pelos mecanismos herdados do latim, a derivação e a composição.

2.5 Os processos vernáculos

As criações fonológicas correspondem à criação de um significante totalmente inédito, fato bastante raro, pois é necessário que se estabeleça comunicação entre interlocutores. Desta forma, “um significante original, não-conforme ao sistema de uma língua, provavelmente não será decodificado e, nesse caso, a comunicação não será efetuada.” (Alves, 1990: 11).

A criação de uma palavra totalmente nova é muito difícil, sendo mais frequente no universo publicitário, no qual se cria um novo nome para um novo produto, algumas vezes resultado de uma sequência silábica inédita, com o objetivo de chamar a atenção de um consumidor em potencial. Afirmar Barbosa (1981:176):

Muito dificilmente se cria um signo linguístico, signo de ‘alguma coisa’, que não se apoie em um outro elemento mórfico já existente na língua, ou, então, que nela tenha entrado por empréstimo.

Segundo Barbosa (1981: 175-ss), as criações fonológicas podem ser divididas em criação fonológica propriamente dita, ou específica, e a criação fonológica complementar. Para a autora, a definição da neologia fonológica depende da combinatória inédita de fonemas da língua que formem uma substância significante nova, lembrando que toda criação lexical é resultante de uma relação sintática. Das duas formas de criação fonológica, uma é o princípio da formação de uma palavra simples, totalmente nova, enquanto a outra é um aspecto de um jogo de relações sintática, semântica e fonológica que resulta na nova criação.

Os neologismos sintáticos são resultantes de uma combinatória de elementos pertencentes ao sistema linguístico português, tanto no nível lexical como no nível frástico. Dentro desta combinatória, identificamos os processos de derivação prefixal e sufixal, de composição, de composição sintagmática, as siglas e acrônimos.

Segundo Alves (1990), os neologismos sintáticos:

[...] são denominados sintáticos porque a combinação de seus membros constituintes não está circunscrita exclusivamente ao âmbito lexical (junção de um afixo a uma base), mas concerne também ao nível frástico: o acréscimo de prefixos e de sufixos pode alterar a classe gramatical da palavra-base; a composição tem caráter coordenativo e subordinativo; os integrantes da composição sintagmática e acronímica constituem componentes frásticos com o valor de uma unidade lexical.

A derivação prefixal é um processo muito produtivo e constitui-se na junção a uma base de um prefixo, acrescentando-lhe diferentes significados. Alves (1990) assim define os prefixos:

[...] partículas independentes ou não-independentes que, antepostas a uma palavra-base, atribuem-lhe uma ideia acessória e manifestam-se de maneira recorrente, em formações em série.

Enquanto a derivação prefixal acrescenta apenas um novo significado, a derivação sufixal, além de desempenhar essa função, também altera com frequência a classe gramatical da palavra, acrescentando à palavra-base um sufixo, elemento de caráter não-autônomo e recorrente. A derivação sufixal, portanto, acrescenta uma ideia acessória à palavra primitiva, alterando em muitos casos a classe gramatical do novo derivado.

Quanto à composição, consiste na justaposição de bases autônomas e não-autônomas, que, unidas, são tratadas como um único elemento, tanto do ponto de vista morfológico como semântico, e não costumam apresentar formas recorrentes. Esta justaposição pode revelar um caráter sintático subordinativo ou coordenativo. No primeiro caso, temos elementos que

exercem o papel de determinado (elemento genérico) e de determinante (especificação). Aqui, temos a junção de substantivos, verbo e substantivo, adjetivo e substantivo.

O outro tipo de composição ocorre com bases de mesma distribuição, como substantivos, adjetivos ou membros de outras classes gramaticais que se justapõem. São as composições coordenativas.

A composição é comum nos vocabulários técnicos com a modalidade da composição sintagmática, que resulta da estreita relação sintática de membros integrantes de um segmento frasal, formando uma única unidade lexical, de modo a designar uma nova realidade ou noção. Como exemplo desta lexia composta, podemos citar *caixa de diálogo*, cujos termos isoladamente representam noções diversas daquela dada na sua união.

No âmbito dos neologismos sintáticos aparece ainda a composição sintagmática, resultante da integração de elementos de um segmento frasal que constituem uma única unidade léxica, cuja ordem de apresentação é sempre determinado/determinante. O sintagma é uma unidade léxica em transição e considera-se que está se lexicalizando quando não se puder inserir um outro elemento, cuja inserção cause a alteração semântica do conjunto.

Segundo Alves (1990: 52), nos vocabulários técnicos, formações sintagmáticas são muito frequentes, com o empréstimo de termos de disciplinas conexas e adaptações dos semas dos elementos integrantes, conforme afirma a autora:

Na neologia sintagmática, o significado resulta em parte dos semas característicos dos elementos integrantes do sintagma e em parte de uma convenção já aceita pela comunidade linguística.

Um tipo especial de formação sintagmática neológica é a formação por sigla (formada por iniciais dos elementos do sintagma) ou acronímia (formada por sílabas dos elementos do sintagma), resultantes de uma economia discursiva na redução do sintagma, numa tentativa de torná-lo mais simples e mais eficaz no processo da comunicação.

O neologismo semântico ou conceptual baseia-se na manutenção da forma com alteração do significado do termo, resultante de uma alteração no conjunto de semas referentes a uma unidade léxica. A unidade léxica deixa de ser monossêmica para apresentar polissemia, sendo responsável por novas criações.

Há também neologia semântica quando um termo extrapola os limites da área de especialidade à qual pertence e passa a integrar outro campo semântico ou a língua comum. Ocorre o mesmo fenômeno quando um elemento da língua comum passa a pertencer a determinada terminologia de uma área de especialidade. Essa alteração semântica, se

difundida e aceita pela comunidade linguística, acaba por ser registrada nos dicionários. Afirma Alves (1990: 67):

[...] fato que constitui uma prova de sua aceitação pela comunidade linguística, conduz à inserção da nova acepção nos dicionários. Por esse processo, ao significado básico de um item léxico vão-se acrescentando os que vierem a ser criados pelo processo da neologia semântica [...] De monossêmica, a unidade léxica torna-se polissêmica.

Outros processos de formação são menos produtivos, quais sejam: a truncação, na qual temos a redução da unidade léxica pela eliminação, geralmente, dos morfemas finais; a palavra-valise, em que duas bases se fundem num único elemento lexical, sendo que a primeira perde sua parte final e a segunda, sua parte inicial; a reduplicação, que consiste num recurso morfológico no qual temos a repetição da mesma base; e a derivação regressiva, quando se cria uma nova unidade lexical pela eliminação de um elemento considerado como sufixo.

Quanto à derivação regressiva, observamos a sua ocorrência também com vocábulos do inglês empregados em textos jornalísticos. Algumas gramáticas apresentam a derivação regressiva como uma forma de abreviação vocabular ou redução, por entenderem-na como a redução fonética de uma palavra ou expressão. De qualquer modo, isto prova que o falante não sente mais o vocábulo em língua inglesa como fora do seu universo léxico, aplicando a ele os processos de formação de palavras utilizados em seu sistema linguístico.

2.6 Estrangeirismos e empréstimos

Os processos até aqui apresentados tomam como ponto de partida o mesmo sistema linguístico, isto é, os processos ocorrem com elementos léxicos da mesma língua, sendo processos vernaculares. Porém, como sabemos, podem ocorrer acréscimos ao léxico da língua pela entrada de unidades léxicas provenientes de outros sistemas linguísticos.

No caso da língua portuguesa, esta interferência linguística já foi exercida por diferentes línguas, tanto por contato geográfico e íntimo (línguas indígenas, línguas africanas) como por influência cultural (língua italiana, língua francesa, e mais recentemente, pela língua inglesa). Câmara Jr. (1985), que adota a distinção de Leonard Bloomfield que divide os empréstimos em íntimos e culturais, afirma que os empréstimos íntimos estão relacionados ao

contato entre os povos de línguas diferentes por uma proximidade geográfica; os culturais são aquisições que se processam devido a relações políticas, econômicas e culturais, independentemente da localização geográfica. Afirma Câmara Jr. (1985:105):

Os empréstimos abundantes e francos são os de vocábulos ou «lexicais», onde um radical estrangeiro se adapta à fonologia e à estruturação morfológica da língua importadora. Os empréstimos lexicais íntimos se distinguem dos culturais por cobrirem campos semânticos determinados (v. léxico), de maneira coerente; no português europeu são, ainda no período do romance lusitano, de origem ibérica (pré-romana), germânica e árabe; e, no português do Brasil além dos de origem indígena e africana, os das mais variadas línguas dos colonos imigrantes. Os empréstimos culturais em português são, de maneira geral, de línguas do Oriente (em virtude da expansão ultramarina de Portugal) e de línguas da Europa, especialmente o francês (v. galicismos) e o inglês (v. anglicismos) e os da língua culta feitos ao latim clássico literário (v. eruditos) e ao grego antigo. O empréstimo cria um tipo de mudanças lingüísticas (v.) inteiramente diverso do que resulta da evolução (v.)

Dado o grande avanço tecnológico e a globalização ocorrida nos últimos anos, a língua inglesa tem se tornado cada vez mais uma língua exportadora de termos, os quais têm entrado na língua portuguesa devido à absorção da tecnologia existente.

A adoção de uma unidade lexical externa à língua passa por diferentes níveis. Quando esta aparece, ainda não faz parte do sistema lingüístico da língua receptora e é sentida como um elemento alienígena, sendo geralmente empregada dentro de contextos específicos, externos à língua enfocada, imprimindo-lhe uma “cor local” (Alves, 1990:73) do país ou da região estrangeira.

Nesta fase, o elemento estrangeiro, grafado como na língua de origem, pode ser classificado como um estrangeirismo, encontrado em vocabulários técnicos, na publicidade e em artigos não técnicos, motivado por razões apelativas ou estilísticas. O falante de língua portuguesa percebe que o elemento lexical não pertence ao seu sistema lingüístico, mas pode conseguir traduzi-lo ou interpretá-lo. Graficamente, aparece comumente destacado por processos visuais como aspas, maiúsculas e itálico.

Quando esse elemento estrangeiro está se integrando à língua de destino, dizemos que está na fase neológica propriamente dita, em um processo de integração do estrangeirismo à língua receptora, podendo o elemento lexical passar por adaptações gráficas, morfológicas ou semânticas.

Assim, é estrangeirismo o elemento percebido como não pertencente ao sistema lingüístico do falante de língua portuguesa, sendo empréstimo o elemento estrangeiro

integrado ao português, geralmente depois de passar por processos de adaptação à língua portuguesa.

Segundo Guilbert¹ (1975 *apud* Barbosa, 1981: 291), a neologia por empréstimo consiste na adoção de um termo, tomado de empréstimo de outra língua, cuja criação foi efetuada fora do sistema lingüístico, conforme afirma o autor:

[...] a neologia por empréstimo não consiste na criação do signo mas na sua adoção, visto que não é o locutor que toma emprestado o termo, que realiza a criação – que consiste, esta, na atribuição consciente de um conteúdo de significação ao segmento lingüístico (um significado a um significante) – ou que avaliza essa criação, acolhendo-a e interpretando-a de acordo com a motivação que resulta da relação entre os seus elementos; ele recebe essa criação como um fato consumado.

O locutor ao qual Guilbert se refere não percebe as regras fonéticas, sintáticas e semânticas, segundo as quais o termo estrangeiro foi criado, pois simplesmente o recebe e utiliza. Sua adoção depende de diversos graus de aceitabilidade pelo grupo até que seja integrada à língua de destino.

Num primeiro momento, a unidade léxica permanece como um elemento estrangeiro à língua, com sua forma original inalterada. Com o aumento do uso pelo grupo, isto é, com o aumento de frequência, a unidade sofre alterações, atualizações, até que passa a ser sentida como uma unidade da língua de destino sujeita às regras de transformação morfológica da mesma, tornando-se um empréstimo. Com o uso frequente, a unidade léxica perde seu caráter neológico e incorpora-se definitivamente à língua de destino, passando pelo processo de desneologização e passa a pertencer ao universo léxico.

De maneira geral, os neologismos por empréstimo recebidos pela língua portuguesa mantêm sua classe gramatical de origem e distribuem-se entre a classe dos substantivos. Ao serem adaptados à língua de destino passam a ser flexionados de acordo com o padrão da língua portuguesa e, se frequentes, acabam sendo inseridos nos dicionários, o que demonstra a sua aceitação pela comunidade de falantes.

Para Barbosa (1981: 294), os empréstimos não possuem mecanismos próprios de criação devido ao fato de não pertencerem ao léxico virtual do falante da língua de destino, sendo transferidos do não universo léxico para o universo léxico da língua importadora. Afirma a autora:

Os termos que são trazidos para nossa língua [...] como não são criações do código, não fazem parte do léxico virtual (não-vocabulário) mas são transferidos do não-universo léxico para o universo léxico. Por essa razão, eles não têm mecanismos

¹ Guilbert, L. La créativité lexicale. Paris: Larousse, 1975, p.92

próprios de criação, a não ser aqueles necessários a sua adaptação aos modelos estruturais do código receptor.

Percurso do Empréstimo

Figura 1 – Percurso do Empréstimo – adaptado de Barbosa, 1981

Quando um falar **A** usa e integra uma unidade que existia num falar **B** e que **A** não possuía, estamos diante de um empréstimo linguístico, cuja unidade ou o traço emprestado são chamados de empréstimo, fenômeno sócio-linguístico importante em todos os contatos de línguas, ligado ao prestígio da língua ou do povo que a fala (caráter melhorativo), ou ao desprezo (caráter piorativo) (Dubois, 1978: 209- 210).

Levando-se em consideração o modelo apresentado por Coseriu (1979: 79) com as definições de sistema, norma e fala, podemos concluir que tanto o estrangeirismo quanto o empréstimo a outras línguas constituem-se em unidades léxicas pertencentes a um sistema de possibilidades externo ao falante. Da mesma forma, essas unidades não pertencem à norma desse falante.

Queremos dizer que, quando este termo alienígena penetra numa língua de destino, ele não possui referência para o locutor dentro de seu próprio sistema linguístico. Sua referência é outro sistema linguístico, no qual já passou para a norma e para a fala do locutor da língua de origem.

Uma das razões para a tendência atual de se adotar termos em língua inglesa é a evolução rápida das tecnologias, nas quais as novidades se sucedem em uma fração tão pequena de tempo que nem sempre se pode pensar em substituição por uma forma vernácula. Outra razão é a falta de tradução exata dos termos em português, pois muitas vezes a tradução não se ajusta ao significado do termo em inglês, como acontece com os termos *input*, *output*, *realtime*, *mainframes*, que não encontraram uma tradução exata. Por fim, a facilidade da

comunicação e o intercâmbio com técnicos de outras línguas são facilitados pelo uso do inglês.

A chamada invasão de anglicismos reflete o momento histórico pelo qual estamos passando, com a hegemonia dos Estados Unidos da América no campo das tecnologias determinando a propagação dos termos. Para aqueles que acreditam no mito da língua homogênea e única, o fato de a maior parte dos empréstimos serem oriundos de uma mesma língua constitui uma ameaça ao povo importador, visto essa invasão resultar em um controle pela língua invasora, que poderia levar à perda de identidade e da coesão nacionais. No entanto, ainda não há evidências de que a entrada de estrangeirismos de língua inglesa possa resultar na alteração do sistema linguístico da língua portuguesa como receptora dos mesmos.

Nos últimos anos, a grande penetração cultural e linguística dos Estados Unidos nos países importadores de tecnologia gerou a adoção de empréstimos e interferiu linguisticamente no português do Brasil, vistos em diversas áreas: alimentação, esporte, política, moda e, principalmente, Informática. Nessa área, há uma forte influência do inglês norte-americano, o qual é o principal exportador de tecnologia e onde se concentra a maior empresa da área, a Microsoft.

De acordo com Carvalho (1989), a importação da tecnologia da Informática pelo Brasil na década de 60 trouxe junto sua terminologia, que a princípio formou um jargão profissional com radicais ingleses e sufixos portugueses: formatar, dampear, customizar. Segundo a autora, há três razões principais para uma tendência de se adotar os termos em inglês, quais sejam:

1. Rápida evolução das técnicas: as novidades se sucedem em uma fração tão pequena de tempo que não se pode pensar em substituição;
2. Falta de tradução exata: os termos em português não se ajustam ao significado do termo inglês. Termos como input, output, realtime, mainframe não encontraram tradução exata;
3. Facilidade da comunicação: o intercâmbio com técnicos de outras línguas é facilitado pelo uso do inglês.

Assim, para pertencer ao mundo informático, o *usuário*, seja ele técnico ou usuário final, população em geral, estudantes e demais profissionais acabam tendo que enveredar por um campo lexical recheado de termos estrangeiros, cuja tradução tornou-se quase impossível devido à agilidade das criações de novos equipamentos e produtos para uso. Tornou-se mais

fácil utilizar o termo importado e adaptá-lo conforme as conveniências, além de sua rápida aceitação pelos usuários. A influência na língua permanece ainda nas nomeações e pouco parece interferir no sistema linguístico do português, o que não justificaria a implantação de uma política linguística específica para controlar a entrada de empréstimos.

Neste processo, podemos esquematizar três tipos de adoção de palavras, demonstradas a seguir, que são:

1. Adoção do signo todo, com algumas adaptações na forma;
2. Adoção somente do significante a um significado já existente;
3. Adoção de um significado novo para um significante já existente

I. Adoção do signo todo, com algumas adaptações na forma.

INGLÊS		PORTUGUÊS	
Significado	Estabelecer comunicação com	Significado	Estabelecer comunicação com
Significante	TO ACCESS	Significante	ACESSAR

Figura 2 – Adoção do signo todo

II. Adoção somente do significante a um significado já existente.

		Significado		
		INICIAR NOVAMENTE		
Significante 1 (interno)				Significante 2 (adotado)
REINICIAR				REINICIALIZAR

Figura 3 – Adoção do significante

III. Adoção de um significado novo para um significante já existente

Figura 4 – Adoção de novo significado

Observando os quadros acima, percebemos que os termos estrangeiros adotados por empréstimo sofrem influência tanto na forma como no conteúdo.

Ferreira (1999: 3) chama de reconfiguração semântica o processo pelo qual o empréstimo passa ao ser adotado pela língua importadora, cujos campos semânticos podem ser reduzidos ou ampliados, de acordo com o contexto no qual é empregado. Afirma Ferreira (1999: 3):

A reconfiguração do sentido do vocábulo de chegada resulta da reorientação ideológica dos estímulos do contexto cultural observado, e envolve estratégias semânticas diversas. Entre estas, destacam-se, no percurso de construção dos empréstimos, a translação de contextos (assim, do sagrado para o profano ou do profano para o sagrado) e a redução ou ampliação dos campos semânticos (decorrentes, estas, da impermeabilidade, maior ou menor, dos valores axiológicos dos idiomas em contato

Quando o novo termo é adotado como uma reprodução do vocábulo da língua de partida, mantendo os vínculos entre significado e significante, sofrendo apenas acomodações fonéticas, cuja língua de chegada não possui vocábulo próprio nem um vocábulo para designar tal significado, falamos de reiteração semântica. É o caso da criação de um vocábulo totalmente novo. Como exemplo, podemos citar o vocábulo ‘*disquete*’. Tal vocábulo não havia sido registrado na primeira edição do Novo Dicionário Aurélio, aparecendo no Dicionário Aurélio Eletrônico – século XXI como “(é). [Do ingl. *diskette*.] S. m. Inform. 1. Disco de material plástico flexível, revestido com material magnético e acondicionado em

capa plástica quadrada, e us. para armazenamento de dados e programas de computador; disco flexível.[Removível, torna fácil o transporte de dados e programas de um computador para outros computadores compatíveis.] [Cf. disquete (ê).] disquete (ê). [De disco + -ete (ê).] 1.Pequeno disco.[Cf. disquete (ê).]“ .

Observa-se que o sufixo ‘-ete’ foi usado como diminutivo, dada a influência do termo em inglês, sendo mais comum em português a utilização do sufixo ‘-inho’, com maior produtividade.

O vocábulo *inicializar* foi uma criação a partir do inglês *initial*, cujo significado literal é inicial. Partindo-se do vocábulo *inicial*, em detrimento de seu verbo correspondente *iniciar*, criou-se o neologismo *inicializar* e começou-se a formação de vários outros vocábulos a partir do verbo formado, pelos diversos processos de formação de palavras em língua portuguesa.

A partir do momento em que a criação neológica é aceita pela comunidade, ela passa a receber tratamento como qualquer outro vocábulo, sujeitando-se aos processos de formação de palavras e às regras gramaticais.

Alguns estudos mostram que essa invasão pode ser bem menos numerosa do que se pensa, indicando que, como afirma Possenti (2001: 169):

[...] se limita a alguns nichos (lugares como os shoppings e campos lexicais como o da informática talvez choquem) que não representam nem de longe o país, apesar de sua visibilidade.

Embora nosso trabalho esteja direcionado ao português brasileiro, pudemos observar que a propagação de estrangeirismos de origem inglesa não ocorre somente no Brasil. Também em Portugal foi observada a entrada de termos estrangeiros em revistas de circulação, conforme estudo realizado por Jablonka, da Universidade Maria Curie-Skłodowska, que em seu artigo *Estrangeirismos nas revistas portuguesas (exemplos de ELLE e GQ)* afirma que:

Ao ler as revistas contemporâneas, reparamos no grande número de estrangeirismos [...] Dominam as palavras inglesas, mas encontramos ainda algumas palavras francesas e italianas. Não obstante, o inglês é uma língua que tem muito mais influência do que as outras. Este fenómeno é visível nas revistas que analisámos mais detalhadamente.[...] Muitas palavras são importadas e introduzidas para designar os fenómenos novos. Nas revistas, estas palavras são explicadas porque o sentido delas pode ser desconhecido ao leitor.

Um projeto desenvolvido na Universidade de São Paulo, o Projeto TermNeo (Projeto Observatório de Neologismos do Português Brasileiro Contemporâneo), mostra que, de cerca de 13 500 unidades lexicais neológicas coletadas no período entre janeiro de 1993 e dezembro de 2000, os estrangeirismos correspondiam a 17% do total, enquanto os restantes 83% eram representados por processos vernáculos: fonológicos (2%), derivados prefixais (30%), derivados sufixais (10%), compostos (22%), compostos sintagmáticos (13%), semânticos (4%), truncações (2%), outros processos como formações com siglas e reduções (2%). Desse modo, essa pesquisa empírica demonstra que os estrangeirismos representam uma parcela pequena na formação de palavras no português contemporâneo.

De maneira geral, os empréstimos continuam a ser tão volumosos quanto eram em épocas passadas, resultantes do contato entre comunidades linguísticas, ou seja, pouco numerosos. As trocas linguísticas são necessárias e inevitáveis, mesmo dentro da mesma língua, pois “cada falante é um poliglota na sua própria língua” (Bechara, 1987: 13). Ser poliglota implica em aceitar que a língua é multiplicidade e que não há uma só língua dentro de uma comunidade nacional, mas que existem variações linguísticas.

Além disso, a incorporação de estrangeirismos não significa, por si só, que os falantes não compreenderão o que foi dito, pois um falante também pode não ser capaz de compreender todas as palavras vernáculas. (Possenti, 2001: 163) Há uma heterogeneidade e dinâmica da vida cultural que não poderia ser controlada com a imposição de uma língua-padrão como uma camisa de força, suprimindo os direitos linguísticos do cidadão.

A concentração de estrangeirismos de origem inglesa é consequência da dinâmica do mundo atual sob influência das áreas tecnológicas, principalmente da área da Informática, cuja língua de origem é o inglês. Nem sempre foi assim, depende do momento histórico em que vivemos, haja vista que o latim, grego e francês já foram, em outras épocas, grandes línguas exportadoras de palavras que passaram a fazer parte de nosso léxico.

2.7 A dinâmica da língua e a aceitabilidade do estrangeirismo

O homem é um ser social e como tal estabelece relações entre os indivíduos de sua comunidade. Todo ato de fala possui uma motivação e segue modelos pré-definidos que foram construídos no percurso histórico da sociedade e da língua. O locutor transforma a língua comum no seu falar e transmite uma mensagem ao seu receptor, que a absorve de

acordo com sua experiência particular e coletiva. A produção e circulação linguística depende da aceitação da comunidade na qual o indivíduo está inserido.

A língua é ao mesmo tempo inovação e conservação, pois ao mesmo tempo em que o falante inova sobre a língua, ele também é responsável por sua conservação, preservando sua estrutura e garantindo a comunicação entre seus falantes e é esse processo dinâmico de preservação e inovação que permite o desenvolvimento e perpetuação da língua dentro de uma comunidade.

De todas as partes constitutivas de uma língua, o léxico é a parte que mais permite inovações, pois possui um inventário aberto que admite novas palavras para expressar novos conceitos e objetos, mantendo um estado de equilíbrio.

Desde que o computador foi criado, inúmeros termos foram surgindo para dar conta do avanço tecnológico, sendo que algumas delas desapareceram junto com aquilo que designavam, como, por exemplo, *xt*, *286*, *386*, etc., os quais representavam tipos de processadores de dados. Com o avanço dos chamados sistemas operacionais, passou-se a usar outros termos. É o caso do *DOS*, sistema operacional que exigia uma série de comandos ou expressões que pertenciam somente ao universo léxico das especialidades, o qual foi substituído pelo sistema *Windows* na década de 1980, sistema operacional de fácil acesso pelo usuário comum, já que seus comandos são efetuados por um dispositivo apontador conhecido como *mouse*.

Com a popularização do computador pessoal ou microcomputador no Brasil, o qual começou a ser adquirido pela população há aproximadamente vinte anos, década de 1990, os termos técnicos passaram a ser de uso comum, com alta frequência, sendo nos últimos anos divulgados pela mídia em geral. Podíamos assistir a uma propaganda de televisão mostrando um menino de aproximadamente sete anos falando livremente sobre termos de informática, como por exemplo: *HD*, *memória*, *processador*. Isto demonstra que não são lexias exclusivas do universo de discurso das especialidades, podendo haver uma banalização.

Esta banalização propicia a adoção de uma palavra que não é criação da língua. A adoção destas palavras faz com que as mesmas passem por um processo de aceitabilidade, assimilação e integração à língua. Como afirma Barbosa (1981: 294):

Entretanto, como não são criações do código, não fazem parte do léxico virtual (não-vocabulário), mas são transferidos do não-universo léxico para o universo léxico. Por essa razão, eles não têm mecanismos próprios de criação, a não ser aqueles necessários à sua adaptação aos modelos estruturais do código receptor.

A busca por frear a influência de outra língua em nosso idioma vem desde os tempos do Brasil Colônia, quando o Marquês de Pombal proibiu, em 1757, o ensino e o uso de qualquer outra língua que não fosse a língua portuguesa. Desta forma, a língua geral da colônia, uma mistura de português e línguas indígenas, foi proibida para impor a língua portuguesa e cortar os vínculos do povo brasileiro com suas origens indígenas, o que não impediu que tivéssemos até hoje termos das línguas indígenas, como Anhangabaú, Moema, Ibirapuera, para citar algumas localidades da cidade de São Paulo (Zilles, 2001: 155-6).

Mas não foi só em 1757 que se buscou padronizar a língua; sempre houve autores que defenderam o purismo linguístico, como Napoleão Mendes de Almeida que dizia que o Brasil era um país de idioma sem gramática. Tais observações inculcaram na mente do povo brasileiro a ideia de que se fala errado a própria língua e que a certa é a que se aprende na escola ou bonito é usar termos estrangeiros.

A cada nova década, aparecem novos defensores da língua na ânsia de manter a língua intacta, como se ela fosse um ente exterior à comunidade e ao falante e possuísse uma forma ideal, uma existência própria, esquecendo-se de que a língua é mudança como o é a própria sociedade, o mundo, pois a língua é histórica e se transforma de forma lenta e constante com o passar do tempo. Não queremos discutir aqui as noções de certo ou errado, mas enfatizar a noção de mudança, de dinamismo da língua para se manter em equilíbrio, mecanismo da qual faz parte a adoção do termo estrangeiro e a criação dos neologismos.

Quando o falante adota um termo estrangeiro, passa a pronunciá-lo e flexioná-lo como qualquer outra palavra vernácula. Sua absorção não modifica estruturalmente a língua, mas enriquece o seu léxico, trazendo uma nova forma de expressão para um novo objeto. O aportuguesamento de um termo, palavra ou expressão é diretamente proporcional a sua frequência de uso e não seria possível impedir que os termos de língua inglesa oriundos da área da Informática entrem no léxico da língua portuguesa sem necessariamente impedir a entrada das novas tecnologias, pois ambas caminham lado a lado. O léxico de uma língua é o resultado do intercâmbio dos falantes dessa língua com outras culturas, outros povos, outras línguas.

Nesse intercâmbio, a língua é um sistema autorregulador para identificar as carências e necessidades, cujos falantes definem o que serve e o que não serve, dentro do princípio da aceitabilidade. As palavras estrangeiras não colonizam o pensamento nem tolhem o raciocínio, são apenas consequência de um processo de globalização linguística a favor da língua inglesa, detentora da tecnologia. Afirma Carvalho (1989: 26):

A língua é o testemunho e a prova insofismável do domínio cultural. Ela denuncia influências e correntes ideológicas mais do que se possa pensar.

Os termos da área da Informática entram e saem do vocabulário do falante com a mesma velocidade com que a tecnologia se expande. A aceitação, assimilação e integração de tais vocábulos hoje não garante que daqui a aproximadamente cinquenta anos eles façam parte da norma, podendo estar no sistema como disponibilidade.

Um dos recursos disponíveis para verificarmos esta dinâmica da língua é a análise dos meios de comunicação impressa, sejam eles jornais ou revistas, que refletem o conjunto vocabular de seus leitores, ou seja, uma parcela da população que está desempenhando o seu papel de renovador do léxico.

Para cada nova tecnologia surgem novas palavras na língua inglesa que são rapidamente importadas pela língua portuguesa, pois nem sempre a língua possui termos equivalentes. A divulgação desses termos acaba por torná-los parte integrante da língua e o falante, mesmo percebendo seu caráter alienígena, aceita o termo dentro do domínio ao qual ele está vinculado. Conforme Marcos Bagno (2001: 82):

As palavras deixam de ser usadas quando as coisas que elas designam também deixam de ser usadas. Assim, para impedir a disseminação dos termos ingleses na área de informática, seria preciso impedir a entrada no país de equipamentos, programas computadores, enfim toda tecnologia à qual esses termos vêm aplicados. E isso seria impossível, além de insano. Por isso não há razão para se opor ao uso dos termos vindos do inglês, sobretudo no campo da informática.

Segundo Lyons (1979), uma das maneiras de se ampliar o sistema linguístico de uma língua é tomar emprestado palavras de outros sistemas, por meio de empréstimos linguísticos e da modificação do significado de palavras e sintagmas. Às vezes essa modificação do significado pode ocorrer por uma tradução de termos tomados por empréstimo, que podem envolver mudanças na estrutura lexical do sistema linguístico. A troca linguística entre os povos é um fato já bem conhecido. Afirma Lyons (1979: 25):

[...] línguas em contato geográfico ou cultural “tomam” muito livremente palavras umas das outras; pois as palavras tendem a viajar através de fronteiras geográficas e linguísticas com o objeto ou costume a que se referem [...]

Da mesma forma, podemos receber palavras por empréstimo indireto, como no caso das palavras que, de origem grega ou latina, passaram a fazer parte do léxico do português do Brasil, incorporadas via Estados Unidos.

Como os fundadores da Linguística Comparativa já haviam notado, Carvalho (1989) reforça a ideia de antiguidade da prática dos empréstimos linguísticos e seu caráter natural. O acervo básico do léxico da língua portuguesa é formado a partir do latim vulgar e aos poucos foi se ampliando recorrendo ao latim clássico, fazendo com que tenhamos duas palavras em língua portuguesa com duas origens: uma do latim clássico; outra do latim vulgar.

A ideia de que a língua portuguesa é única e homogênea manteve acesa as argumentações dos puristas que sempre veem nos empréstimos, internos ou externos, formas de descaracterização da língua pátria.

A grande dimensão territorial do Brasil é uma das causas do alto grau de diversidade e de variabilidade linguística, além das diferenças resultantes das diversas camadas sociais (Bagno, 2002:16). As diferenças de *status* social explicam as variedades linguísticas no país, desde a variedade padrão até as variedades não-padrão.

Segundo Bagno (2002:16-7) argumenta em seu livro *Preconceito linguístico*:

[...] se formos acreditar no mito da língua única, existem milhões de pessoas neste país que não tem acesso a essa língua, que é a norma literária, culta, empregada pelos escritores e jornalistas, pelas instituições oficiais, pelos órgãos do poder – são os sem-língua. É claro que eles também falam português, uma variedade de português não-padrão, com sua gramática particular, que no entanto não é reconhecida como válida, que é desprestigiada, ridicularizada, alvo de chacota e de escárnio por parte dos falantes do português-padrão ou mesmo daqueles que, não falando o português-padrão, o tomam como referência ideal – por isso podemos chamá-los de sem-língua.

O que muitos estudos empreendidos por diversos pesquisadores têm mostrado é que os falantes das variedades linguísticas desprestigiadas têm sérias dificuldades em compreender as mensagens enviadas para eles pelo poder público.

Podemos então considerar que existem normas diferentes dentro de um mesmo sistema linguístico, empregando norma na acepção de Coseriu (1979: 79) como um modelo, um padrão empregado pelos falantes de uma comunidade, um conjunto de repertórios que são repetidos a cada ato de fala. Os falantes dessas diferentes normas entram em contato, ocorrendo um intercâmbio entre essas normas, uma troca linguística, com apropriação de termos das diferentes áreas, a qual chamamos de empréstimos internos numa comunidade. Afirma Coseriu (1979:79):

[...] a distinção entre norma e sistema esclarece melhor o funcionamento da linguagem, a atividade linguística, que é, ao mesmo tempo, criação e repetição (re-criação), dentro do padrão e segundo as coordenadas do sistema funcional (isto é, do que é imprescindível para que a linguagem cumpra sua função); movimento obrigado e movimento livre, dentro das possibilidades oferecidas pelo sistema.

Para Bortoni-Ricardo² (1984 *apud* Bagno, 2002: 17-8), existem dificuldades de compreensão entre os próprios falantes do português brasileiro, pois no momento da troca linguística, para que a comunicação se processe, é preciso que os interlocutores reconheçam os termos empregados. A autora constatou em seu estudo na periferia de Brasília que, embora haja uma única língua oficial no Brasil, as diferentes variedades linguísticas espalhadas pelo território nacional dificultam a unidade linguística, desmistificando a ideia da língua única. Afirmar a autora que (Bortoni-Ricardo *apud* Bagno, 2002: 18):

A ideia de que somos um país privilegiado, pois do ponto de vista linguístico tudo nos une e nada nos separa, parece-me, contudo, ser apenas mais um dos grandes mitos arraigados em nossa cultura. Um mito, por sinal, de consequências danosas, pois na medida em que não se reconhecem os problemas de comunicação entre falantes de diferentes variedades da língua, nada se faz também para resolvê-los.

Já para Gnerre³ (*apud* Bagno, 2002: 17), a concepção de que todos os falantes de uma língua se entendem cai por terra com a observação de que alguns brasileiros são incapazes de compreender o texto da Constituição Brasileira, além de não compreenderem muitos outros documentos oficiais, cuja norma utilizada não corresponde a deles.

O texto dos Parâmetros curriculares nacionais, publicado pelo Ministério da Educação e do Desporto em 1998, cujo papel é regular e direcionar o ensino da língua portuguesa em todo o território brasileiro, apresenta a questão da variedade linguística como um fator a ser considerado no âmbito escolar, conforme podemos observar no trecho abaixo (PCN, 1998: 29):

A variação é constitutiva das línguas humanas, ocorrendo em todos os níveis. Ela sempre existiu e sempre existirá, independentemente de qualquer ação normativa. Assim, quando se fala em “Língua Portuguesa” está se falando de uma unidade que se constitui de muitas variedades [...] A imagem de uma língua única, mais próxima da modalidade escrita da linguagem, subjacente às prescrições normativas da gramática escolar, dos manuais e mesmo dos programas de difusão de mídia sobre 'o que se deve e o que não se deve falar e escrever', não se sustenta na análise empírica dos usos da língua.

Outro tipo de variação que gostaríamos de abordar diz respeito a um complexo de inferioridade herdado do tempo do Brasil colonial, no qual se acredita que o português falado em Portugal é melhor que o falado no Brasil.

² BORTONI-RICARDO, S. M. Problemas de comunicação interdialetoal In: *Sociolinguística e ensino do vernáculo* (Revista *Tempo Brasileiro*, nº 78n9), 1984.

³ GNERRE, M. *Linguagem, escrita e poder*. São Paulo: Martins Fontes, 1985.

Esse senso de inferioridade parece ter inculcado no espírito do falante a ideia de que o que é externo ao país é melhor, refletindo-se na própria língua e favorecendo a adoção do termo estrangeiro, principalmente quando sentido como termo alienígena.

Já em 1903, Figueiredo⁴ (1903 *apud* Bagno, 2002: 22) afirmava que:

Quanto mais progressiva é a civilização de um povo, mais sujeita é a sua língua a deturpações e vícios, sob a variada influência das relações internacionais, dos novos inventos, das travancas da ignorância, e até dos caprichos da moda.[...] Sábios e romancistas, poetas e prosadores, e nomeadamente a imprensa periódica, parece haverem conspirado para dar curso às mais extraordinárias invenções e enxertos de linguagem.

Nesta época, era forte a influência do francês na língua portuguesa, pois a França era o centro econômico e cultural da Europa. Tal influência não foi tão prejudicial segundo Bagno (2002: 22) a língua portuguesa continuou viva e falada por milhares de pessoas, produzindo uma literatura reconhecida mundialmente, apesar de toda a influência dos galicismos na passagem do século XIX para o XX. Mesmo os anglicismos, muito presentes no século XXI, não tem o poder de destruição da língua.

A aceitabilidade do estrangeirismo, visto como o emprego de termos alienígenas à língua de destino, é um fenômeno constante resultante dos contatos entre comunidades linguísticas. Esse empréstimo carrega uma carga de valores simbólicos relacionados aos falantes de origem, isto é, conforme já mencionamos, a ideia de que o estrangeiro é melhor e que o estrangeirismo aparece como reforço de uma comunidade linguística. O estrangeirismo carrega toda uma carga ideológica de prestígio, típico das camadas socialmente beneficiadas. Afirma Garcez & Zilles (2001: 16-7):

A noção de estrangeirismo faz do contato linguístico uma arena propícia ao desenvolvimento de certos episódios da vida social da linguagem em que posições políticas e sociais conflitantes, de difícil tratamento direto e aberto, vem a público no debate sobre os comportamentos linguísticos dos grupos que disputam o controle e a distribuição de recursos na comunidade. Embora o debate em si seja movido, no fundo, pelas posições políticas e sociais dos diferentes grupos, ele trata, na superfície, de questões linguísticas, de modo que a arena de discussão se torna também terreno fértil para a produção de discursos superficiais e equivocados sobre a natureza da linguagem, sobre o uso prestigioso e ‘correto’ da língua da comunidade e sobre a própria vida social da linguagem. O propósito dessa movimentação ideológica é estabelecer o que é legítimo na língua da comunidade, na língua do poder – a variedade linguística idealizada, simbolicamente associada ao exercício do poder – e, em última análise, identificar quem fala com legitimidade a língua da comunidade e, por fim, quem está apto a exercer o poder dentro dela e em seu nome.

⁴ FIGUEIREDO, C. O que se não deve dizer. V.I 5ed.Lisboa: Livraria Clássica Editora, 1903

A discussão em torno do que é correto estabelece o capital social das formas linguísticas, o valor intrínseco aos termos e associados aos grupos internos de uma comunidade quando falamos em variações linguísticas dentro de um país. Ao discutirmos os valores dos estrangeirismos, estamos diante da busca pela legitimidade do termo. As atitudes valorativas em relação à língua e à cultura do povo de origem do termo são reflexos dos processos culturais e tecnológicos a eles relacionados.

O estrangeirismo só passa a empréstimo quando é aceito pela comunidade de falantes, fazendo parte do acervo lexical de uma língua. A partir daí, não há mais a necessidade de explicações quanto ao significado de tal termo. Desta forma, quem decide pela integração ou não da unidade lexical são os falantes, os quais são responsáveis pelo aumento na frequência de uso das palavras. Afirma Bagno (2001:73):

“A compreensão ou não de uma palavra nada tem a ver com sua origem, com sua etimologia, com a língua de onde ela procede: tem a ver com a coisa ou o fato que ela designa, com o mundo de referências ao qual ela remete. Nem o brasileiro mais culto e bem-informado poderá entender termos que não façam parte do seu universo de referências.”

III. POLÍTICA LINGUÍSTICA NO BRASIL

3.1 Os responsáveis legais

Apesar de seu tamanho quase continental e com 175 milhões de habitantes, com as diferenças que os separam, costuma-se dizer no senso comum que o Brasil é um país sem problemas linguísticos, não sendo necessária a formulação de qualquer política linguística. Parte-se da premissa de que qualquer falante consegue se comunicar em português em qualquer lugar do país, dando a impressão errônea de que se trata de um país linguisticamente homogêneo.

Diferentemente de países como o Canadá e a Espanha, que fazem das políticas linguísticas uma atividade de responsabilidade do Estado, no Brasil temos a Academia Brasileira de Letras como órgão responsável pela padronização ortográfica. Em Florianópolis, profissionais de diversas áreas do conhecimento reuniram-se para constituir uma sociedade sem fins lucrativos, o Instituto de Investigação e Desenvolvimento em Política Linguística - IPOL.

Esse instituto tem como finalidade desenvolver projetos relacionados à política linguística em sentido amplo, com o objetivo de combater o preconceito linguístico, apoiar pesquisas na área, capacitar profissionais, criar e gerir um centro de documentação, traduzindo, publicando e divulgando estudos na área. Além disso, procura dar apoio aos falantes de línguas minoritárias, indígenas ou de migração, bem como refletir sobre as políticas linguísticas dos países do Mercosul e dos países lusófonos.

Tais iniciativas, como são independentes de uma política linguística governamental, propiciam aos órgãos legislativos legislar sobre a língua, o que permitiu que, partindo do pressuposto de que a língua inglesa vinha invadindo a língua portuguesa, com a entrada abusiva de unidades lexicais, isto é, aquelas que não tenham equivalentes no português, fosse proposto um Projeto de Lei, que, segundo seu autor, tem como um dos objetivos principais proteger os brasileiros humildes que não sabem falar inglês da invasão de palavras nocivas.

O então Deputado Federal Aldo Rebelo propôs um Projeto de Lei (Projeto de Lei nº 1676/99 – PL) que ficou conhecido por ser contra os estrangeirismos e, em 2001, muito se falou sobre estrangeirismos na imprensa devido a tal fato. Esse projeto não considera os

processos de adoção e criação de palavras como um mecanismo legítimo de mudança da língua, responsável por sua adaptação às novas visões de mundo.

A imprensa é uma das responsáveis pela entrada de termos estrangeiros assim como as traduções de livros técnicos, que acabam por inserir o termo da língua de origem pela falta de um termo vernáculo adequado ou pelo prestígio de autoridades na área de especialidade. Desta forma, pode ocorrer a criação de um novo termo dentro do próprio sistema linguístico pela falta de um termo adequado ou a criação ocorre por empréstimo a outros sistemas linguísticos, principalmente, quando se trata de termos de uma área de especialidade.

Esse processo de incorporação de palavras estrangeiras no léxico não é um fenômeno novo e ocorre em várias línguas desde os tempos mais remotos, cabendo à comunidade manter os padrões da língua nacional para que ela não seja sufocada pela invasão abusiva de outras línguas.

3.2 Discussões em torno do Projeto de Lei 1676/1999

O primeiro problema detectado no Projeto de Lei nº 1676/99 - PL diz respeito ao conceito de língua apresentado, pois considera a língua portuguesa em uso no Brasil como um sistema homogêneo, passível de ser compreendida por qualquer cidadão em qualquer local do vasto território brasileiro. Tal fato é contestado por Fiorin (2001:107-ss) em seu artigo *Considerações em torno do projeto de lei*, no qual ele afirma que a língua é composta de variações, não é estática nem homogênea.

Em sua análise do PL, observa três pontos de vista: pela política linguística – e nesse ponto ele estabelece que uma política linguística começa com a identificação de um problema, de ordem política, econômica ou cultural, e não de ordem linguística. No caso do PL, o problema linguístico é a dificuldade de comunicação que terão os homens simples do campo diante do uso excessivo e desnecessário de expressões estrangeiras, o que corresponde ao segundo problema apresentado pela invasão de palavras estrangeiras. O terceiro problema refere-se à descaracterização do idioma em virtude desta influência das palavras estrangeiras.

Quanto ao terceiro problema, Fiorin afirma que um idioma se caracteriza por uma gramática e por um fundo léxico comum. Este, no caso da língua portuguesa, é formado por palavras herdadas do latim. Quanto à gramática, é ela que sistematiza as pronúncias dos empréstimos estrangeiros e, portanto, não há possibilidades da descaracterização do idioma português como defende Aldo Rebelo em seu PL. O português não só recebeu influência

estrangeira como também influenciou outras línguas nesse processo de intercâmbio linguístico.

A proibição da língua geral falada no Brasil, por meio de uma lei imposta pelo Marquês de Pombal, discutida por Bagno (2001:54), acabou por cortar os vínculos do povo brasileiro com seus ancestrais indígenas, impedindo a constituição de uma outra identidade nacional em nossas raízes no nosso próprio espaço físico e cultural, ao invés de ir buscar uma identificação com algo que está fora, em uma Europa distante e estranha. É o conservadorismo no qual está pautado o PL, cuja imposição conservadora extingue línguas e elitiza uma variação em detrimento de outras variações do idioma, determinando-as como erradas e incultas.

Garcez e Zilles (2001:15) procuram conceituar o termo estrangeirismo, relacionando-o aos conflitos dentro da comunidade que recebe o empréstimo, por ocorrerem choques da associação de estrangeirismos versus valores culturais. Para os autores, este tipo de lei traz subentendida a ideia de que se pretende defender uma só língua, a língua de poder, sob controle da classe dominante, pois vê no elemento estrangeiro uma ameaça à identidade nacional. Caso semelhante é o do gramático Napoleão Mendes Almeida, que acreditava que no Brasil se falava uma variante imprecisa e incorreta da língua portuguesa, misturada com falares indígenas e africanos, que corromperam a língua vernácula.

Segundo Possenti (2001:171), o PL, ao proibir o uso de termos estrangeiros, cria a possibilidade de preconceito linguístico como os provocados por Getúlio Vargas sobre as comunidades imigrantes do Sul do Brasil, durante a Grande Guerra de 1940. Diz o autor (2001: 171):

O que constitui uma língua é sua gramática, isto é, seus sons (sua distribuição), seus padrões silábicos, sua morfologia (seu sistema flexional, por exemplo) sua sintaxe.

O autor reconhece que as línguas são meios de dominação, como destaca Rebelo na justificativa do PL, mas sugere que a proibição dos termos estrangeiros poderia inibir a entrada de produtos que trazem consigo seus nomes e outros elementos lexicais, como, por exemplo, no caso da Informática, cujos elementos são os que mais colaboram para a adoção de estrangeirismos na contemporaneidade.

Percebemos por meio da história, que a influência de uma língua sobre outra gera discursos nacionalistas, prevendo uma situação apocalíptica gerada por esse intercâmbio e consequentes empréstimos. Esses discursos desconsideram o fato de que as línguas mudam e que os estrangeirismos representam um processo de enriquecimento da língua ao incorporar

termos que não são previstos em seu léxico. Portanto, não simbolizam o fim de uma língua nem a desnacionalização ou o empobrecimento da língua que recebe o empréstimo, mas justamente no processo contrário: tal invasão de estrangeirismos, no caso da língua portuguesa, não empobrece, mas enriquece.

Um estudo de Linguística de Corpus realizado por Sardinha & Barbara (2005) procurou desmistificar os dois pressupostos básicos apresentados pelos simpatizantes do projeto de lei 1676/99, segundo os quais existe uma invasão de estrangeirismos de origem anglo-saxônica na língua portuguesa, e que tais palavras permaneceriam como estrangeirismos por não se adaptarem ao português.

O estudo comparou dois corpora e demonstrou que a quantidade de palavras inglesas no português brasileiro não é significativa a ponto de caracterizar uma invasão linguística, conforme afirma o autor (2005: 102):

Entre as 50 mil palavras mais frequentes (o que significa palavras com frequência em torno de 120, isto é, de 1 vez a cada 2 milhões de palavras), as palavras em comum são apenas cerca de 1% do total. Indo para frequências mais altas, na faixa das 10 mil palavras mais frequentes, que ocorrem cerca de 1700 vezes no Banco de Português (ou 7 vezes por milhão), as palavras em comum correspondem a apenas 1 décimo de 1 por cento. Isso significa que os estrangeirismos, ao contrário do que se diz, não são frequentes na língua portuguesa.

Analisando a palavra *marketing*, Sardinha & Barbara observaram que seu uso é mais frequente na língua portuguesa do Brasil do que no inglês. Por meio dessa análise, constataram que houve modificação do sentido da palavra, demonstrando que houve adaptação da palavra ao português. O sentido da mesma não é mais o original, pois sofreu influência da língua importadora, sendo eleita pelos falantes como a forma mais apropriada para expressar seu pensamento, conforme aponta o estudo (Sardinha & Barbara, 2005: 108):

O termo equivalente português para marketing é “mercadologia”, segundo o dicionário Aurélio. Essa palavra possui apenas 15 ocorrências no Banco de Português. Um terço dos usos da palavra mercadologia refere-se à esfera acadêmica, de cursos, [...] Aproximadamente 25% dos usos indicam semelhança com marketing no sentido não empresarial [...] Assim, parece que “mercadologia” não foi abraçada pela língua em geral e tem preferência por contextos acadêmicos e como substituto de “propaganda”. [...] esta análise de marketing indica que mesmo uma palavra como ela, que mantém uma semelhança grande em relação ao seu uso na língua de partida, ainda assim adquire sentidos novos na nova língua. Isso sugere que o processo de incorporação de palavras estrangeiras estampa nessas palavras sentidos que são peculiares aos falantes da língua de chegada.

Os autores concluíram que “as palavras em uso no inglês correspondem a cerca de 16% do vocabulário em uso do português brasileiro. Além disso, a pesquisa revelou que as palavras advindas do inglês são de baixa frequência.” (Sardinha & Barbara, 2005: 109)

Ao contrário do preconizado pelo Projeto de Lei, as palavras de origem diversa do inglês são ainda mais frequentes, apesar de todo o processo de globalização, da influência da mídia e da hegemonia do inglês norte-americano pelo mundo, além da submissão das classes dominantes do Brasil (Sardinha & Barbara, 2005), que, segundo o estudo apresentado, mostra que as palavras de origem inglesa em uso no português brasileiro correspondem a 16% do vocabulário geral.

Cabe ao poder público legislar sobre a promoção, difusão e valorização da língua portuguesa como patrimônio nacional, melhorando as condições de ensino e de aprendizagem da mesma, conforme propõe o PL, deixando a cargo da comunidade a decisão referente à adoção ou não dos estrangeirismos, visto ser um fato natural, historicamente comprovado como processo de troca linguística entre as comunidades, troca esta necessária para a manutenção da língua como fonte de conhecimento.

A inclusão do termo estrangeiro, de origem anglo-saxônica ou não, é fonte de enriquecimento do léxico e ajuda no desenvolvimento do conhecimento científico, pois se trata de um estrangeirismo, cuja adaptação resultará num neologismo por empréstimo. Conforme afirma Alves, citando Quemada (2001: 68):

[...] uma língua de cultura, moderna, necessariamente científica e técnica, não pode ver na neologia lexical apenas um mal inevitável. É a primeira condição a partir da qual o idioma pode permanecer um instrumento de comunicação nacional, mesmo internacional, e não ser apenas uma língua viva. Deve até considerar a criatividade lexical como parte responsável pela sua riqueza imediata, como o sinal evidente de sua vitalidade. Uma língua que não conhecesse nenhuma forma de neologia seria uma língua morta e, em suma, a história de todas as nossas línguas constitui a de sua neologia.

IV. METODOLOGIA

4.1 Constituição do *corpus*

Para a obtenção do *corpus*, selecionamos inicialmente doze edições impressas da *Revista Info*, do ano de 2008. A partir da leitura minuciosa das edições, separamos o que acreditávamos serem candidatos a neologismos. De modo a aprimorar o trabalho, procuramos verificar a existência das edições em meio eletrônico.

Obtivemos o CD-Rom com 24 edições digitalizadas (de janeiro de 2007 a dezembro de 2008), em padrão de arquivo “.pdf”, isto é, formato lido pelo programa Adobe Acrobat. Porém, neste formato seria inviável extrair os termos; fizemos, então, um tratamento nos arquivos, em número de 25, transformando-os em arquivos de texto (.txt) e construindo uma base de dados para determinar sua frequência.

Procedemos à extração de todas as palavras, aproximadamente 769.435 ocorrências e fizemos a divisão das palavras por número de ocorrências (frequência), reduzindo o *corpus* a 31.308 vocábulos. Passamos a fazer uma análise prévia dos vocábulos com base no número de ocorrências para a extração de candidatos a neologismo seguindo os seguintes critérios de exclusão: nomes de fabricantes de equipamentos, unidades de medida, vocábulos de reconhecido uso comum tanto em português quanto em inglês, registro em dicionário.

Após este tratamento, inserimos os arquivos de texto no programa Extrator de Neologismos utilizado pelo Projeto Observatório de Neologismos do Português Brasileiro Contemporâneo - Projeto TermNeo, resultado de uma parceria com o NILC, Núcleo Interinstitucional de Linguística Computacional, sediado no Instituto de Ciências Matemáticas e de Computação da Universidade de São Paulo, campus de São Carlos. De posse dos termos isolados, passamos a fazer uma análise mais detalhada para definir quais são os neologismos, bem como os processos de formação de palavras envolvidos.

Num primeiro levantamento, separamos as palavras por frequência, concentrando-nos nas de menor frequência (de 1 a 10 ocorrências) e a partir daí observar as palavras em contexto para estabelecer os possíveis sintagmas existentes e poder formular definições das mesmas.

Encontramos um problema para a análise dos dados: o contexto no qual o termo está inserido ficou muito pequeno, o que dificultou a análise dos dados. Além disso, precisamos

submeter os dados a novo tratamento, pois o arquivo original gerou uma leitura equivocada, anexando artigos a nomes próprios, por exemplo.

Assim, tivemos que rever todos os dados manualmente e selecionar os contextos por edição para poder visualizar as ocorrências e determinar se são ou não neologismos. Acabamos por reconhecer 745 neologismos, em quinze edições da revista analisada, o que corresponde ao período de janeiro de 2007 a dezembro de 2008.

4.2 *Corpus* de exclusão

Consideramos *corpus* de exclusão um conjunto de dicionários utilizados como fonte de referência para determinar se um elemento pode ou não ser considerado um neologismo. Desta forma, é considerado uma criação lexical o termo que não foi incluído nesse conjunto de dicionários, isto é, um termo que ainda não foi dicionarizado.

Foram considerados como *corpus* de exclusão os seguintes dicionários brasileiros: Dicionário Houaiss da língua Portuguesa, versão eletrônica 1.5, de 2006; Novo Dicionário Eletrônico Aurélio versão 5.0, que corresponde à 3ª. edição, 1ª. impressão da Editora Positivo, revista e atualizada do Aurélio Século XXI, O Dicionário da Língua Portuguesa, contendo 435 mil verbetes, locuções e definições.

Com a utilização do programa Extrator de Neologismos do Projeto Observatório de Neologismos do Português Brasileiro Contemporâneo - Projeto TermNeo, resultado de uma parceria com o NILC, que é constituído por 40 milhões de palavras, repartidas em 40 textos em prosa, divididos em textos corrigidos, textos não-corrigidos e textos semicorrigidos. O projeto ReGra (Revisor Gramatical do Português Brasileiro - <http://www.nilc.icmc.usp.br/nilc/projects/regra.htm>) também é apoiado por esse *corpus*, atualizado constantemente desde 1993, constituído por 68.530 canônicas e 1.563.136 entradas (formas flexionadas, palavras compostas e locuções, sendo que 5.763 das entradas são locuções nominais, prepositivas, adjetivas, adverbiais, conjuntivas).

Os pesquisadores do NILC consideram também os dados do Projeto Unitex-PB (<http://nilc.icmc.usp.br:8180/unitex-pb/index.html>), que integra o Projeto Unitex (França), em parceria com Eric Laporte, representados por um Dicionário de Palavras Simples para o Português Brasileiro (aproximadamente 67.500 canônicas associadas a suas regras de flexão), um Dicionário de Palavras Simples Flexionadas para o Português Brasileiro

(aproximadamente 880.000 palavras flexionadas) e um Dicionário de Palavras Compostas Flexionadas para o Português Brasileiro (aproximadamente 4.000 entradas).

Ainda são considerados os dados do REPENTINO (<http://www.linguateca.pt/repentino>), construído pela Linguateca (<http://www.linguateca.pt/>), o qual apresenta aproximadamente 450.000 entradas de nomes próprios e locuções nominais do português europeu e do português brasileiro. Tais entradas estão divididas em várias categorias conceituais.

As ferramentas utilizadas estão disponíveis em: www.nilc.icmc.usp.br/~thiago/neologismo.html.

4.3 Percurso dos termos da Informática

Por ser a Informática uma área que se encontra no mundo contemporâneo com um rápido desenvolvimento tecnológico, os termos empregados nessa área de especialidade possuem em sua maioria, como referentes, objetos criados e utilizados junto a equipamentos de última geração.

Com o rápido desenvolvimento e troca de equipamentos, a nomeação de objetos é constante e muitos termos passam para o esquecimento. A duração de um objeto nesta área de especialidade é efêmera, refletindo-se isso nos termos empregados. Alguns processadores que foram usados na década de 1990, hoje já são relíquias, peças de museu, e os termos que os nomeavam não são mais empregados. Alguns termos de outras áreas de especialidades começaram a fazer parte das revistas de divulgação da área da Informática devido à chamada convergência das tecnologias, a qual vem integrando aparelhos de televisão, de telefonia e microcomputadores.

Para fazermos a análise do percurso dos termos, optamos por analisar o comportamento dos processos de formação de neologismos pelas edições, isto é, quantificamos os termos de acordo com o processo utilizado em sua formação, identificando quantas vezes esse processo ocorre por edição e estabelecendo uma relação entre o processo e as edições ao longo do tempo. Esta análise permitiu-nos identificar que os processos de formação permanecem constantes.

Analizamos também os termos mais frequentes em cada processo de formação, selecionando os de cinco a sete de maior frequência para construir os gráficos do percurso dos termos pelas edições.

Conforme apresentado no gráfico a seguir, os processos de formação continuam estáveis, isto é, a proporcionalidade dos processos de formação de termos permanece constante. Comparando-se o estrangeirismo com o decalque, percebemos que este manteve sua média de ocorrências, enquanto o estrangeirismo teve menos regularidade, apresentou alguns picos, mas acabou por apresentar também uma regularidade nas demais edições.

Gráfico 1 – Comparativo entre os processos estrangeirismo x decalque

Posteriormente, apresentaremos os gráficos de todos os processos analisados.

4.4 Dados quantitativos

Das vinte e quatro edições inicialmente separadas para análise, somente quinze foram satisfatoriamente processadas pelo programa extrator de neologismos devido a problemas técnicos com os arquivos originais, o que reduziu nosso corpus de análise. Apesar disso, conseguimos englobar o período correspondente a janeiro de 2007 até novembro de 2008 das edições da Revista Info, indicados como I, seguido do mês e ano de edição. Pudemos extrair 745 termos considerados neológicos, cuja frequência correspondia a até 10 ocorrências por edição, conforme critério utilizado no programa extrator de neologismos.

Verificamos que alguns termos encontrados em menor quantidade que dez em uma edição acabaram sendo utilizados em outras edições em número superior. Como o mesmo não se encontra registrado no *corpus* de exclusão utilizado, consideramos o termo como neológico.

De posse dos termos, levantamos a quantidade geral de ocorrências dos termos em cada edição da revista, para podermos apresentar os dados em gráficos e os analisarmos quantitativa e qualitativamente.

Para fazermos esse levantamento, utilizamos, além da ficha terminológica, um processador de texto, planilhas eletrônicas e um programa de gerenciamento de banco de dados orientado a objetos. O conjunto desses programas de computador tornou possível uma varredura nos dados obtidos e um saneamento da base de dados, evitando chegarmos a conclusões indevidas pelo uso de dados inconsistentes. Após o levantamento dos dados, da seleção de termos e ocorrências, classificamos criteriosamente os termos baseando-nos em Alves (1990).

Após o saneamento dos dados, verificamos que 46,31% são constituídos de estrangeirismos, isto é, termos que, permanecendo em sua forma original na língua inglesa, ainda não foram alterados segundo os padrões linguísticos da língua portuguesa, em sua variedade brasileira.

A derivação, as siglas e as formações acronímicas também se apresentaram como processos muito utilizados na formação de termos da área da Informática, correspondendo a 22,70%, 14,50% e 5,77%, respectivamente, sendo juntos responsáveis por 42,97% dos processos utilizados.

Processos de Formação	Qtd.	Perc.
Estrangeirismo	345	46,31%
Derivação Prefixal	122	16,38%
Sigla	108	14,50%
Formação Acronímica	43	5,77%
Derivação Sufixal	33	4,43%
Composição por Subordinação	26	3,49%
Formação Sintagmática	25	3,36%
Neologismo Semântico	20	2,68%
Decalque	12	1,61%
Composição por Coordenação	5	0,67%
Palavra-valise	3	0,40%
Analogia	1	0,13%
Derivação Regressiva	1	0,13%

Processos de Formação	Qtd.	Perc.
Estrangeirismo Adaptado	1	0,13%
Total	745	100%

Tabela 1 – Processos de formação de neologismos

Como alguns processos apresentaram uma porcentagem muito pequena e nosso estudo centrou-se especialmente nos estrangeirismos, optamos por fazer um agrupamento dos processos de formação, construindo tabelas mais compactas e gráficos mais significativos, de modo a compararmos o estrangeirismo com os demais processos de formação que encontramos.

Para fazermos a análise dos dados, procuramos estabelecer grupos de análise, de modo que consideramos os dados referentes à composição, seja ela por subordinação ou coordenação, como um único grupo. Da mesma forma, agrupamos as formações acronímicas e siglas no mesmo grupo de análise; derivação, no grupo derivação. Portanto, ficamos com os seguintes grupos para análise: estrangeirismo, derivação (prefixal e sufixal), formação acronímica/ sigla, composição (por coordenação, por subordinação), formação sintagmática, neologismo semântico, decalque, palavra-valise, analogia, estrangeirismo adaptado.

Processo de Formação - Grupo	Qtd.	Perc.
Estrangeirismo	335	44,73%
Derivação	170	22,70%
Formação Acronímica / Sigla	151	20,16%
Composição	29	3,87%
Formação Sintagmática	25	3,34%
Neologismo Semântico	20	2,67%
Decalque	12	1,60%
Palavra-valise	3	0,40%
Analogia	1	0,13%
Estrangeirismo Adaptado	1	0,13%

Tabela 2 – Processos de formação de neologismos - agrupamento

Numa segunda análise, separamos a derivação em prefixal e sufixal, de modo a apresentarmos os prefixos e os sufixos mais produtivos nesta área de especialidade.

4.5 Processos vernáculos

Embora pouco apresentada nas gramáticas do português, a formação sintagmática é um processo formador de neologismos que se apresenta com frequência no texto publicitário.

Afirma Lemos (2008: 08):

A formação sintagmática é uma composição de elementos lexicais independentes, que apresentam entre si uma íntima relação sintática e semântica, de modo a formar uma unidade lexical. A composição sintagmática, em vias de lexicalização, tem como características a) o alto grau de fixidez de seus componentes lexicais, tornando-os insubstituíveis; b) a não admissão de inserção de outros elementos lexicais, o que alteraria seu significado e c) a frequência de seu uso, sempre com a forma e o significado constantes. As formações sintagmáticas, quando unidades léxicas nominais, apresentam ainda uma ordem fixa dos seus constituintes: determinado seguido de determinante. (...) A linguagem publicitária, fortemente caracterizada pela dinamicidade do léxico, sente-se permanentemente impulsionada a renovar-se, não apenas para nomear mercadorias, mas sobretudo por tecer enunciados cheios de apelos estilísticos e persuasivos, tornando, assim, a criação de neologismos um fator inevitável. Dos gêneros textuais, o texto publicitário de mídia impressa se destaca principalmente pelos recursos expressivos, cujo objetivo maior é conseguir a adesão do receptor às suas propostas. As unidades léxicas sintagmáticas são encontradas com muita frequência nos vocabulários técnicos. E como os textos publicitários procuram divulgar todos os tipos de produtos comerciais, isto é, produtos relacionados com diversas áreas de especialidade, é muito freqüente a ocorrência de unidades lexicais de especialidade ao lado de unidades do léxico comum. Portanto, resulta disso também a presença marcante de formações sintagmáticas neológicas na linguagem publicitária.

De acordo com Alves (1990: 50), a existência de uma íntima relação sintática entre membros integrantes de um elemento frasal gera uma única unidade léxica, processando-se a composição sintagmática.

Frequente em diversas áreas de especialidade, conforme afirma Oliveira (2007:4):

pouco mais de 68%, as formações sintagmáticas formam um total de 656 termos dentre os 960 que compõem o corpus total – e constituem, de longe, o processo de maior produtividade.

Em nosso estudo as formações sintagmáticas não se apresentaram tão produtivas quanto as siglas ou formações acronímicas, resultantes da economia discursiva. Na análise qualitativa, apresentaremos exemplos de formações acronímicas ou siglas resultantes de formações sintagmáticas.

Em nosso estudo, optamos por trabalhar com os exemplos de composição sem subdividir o processo em coordenação e subordinação, tratando-os somente como composição e analisando suas ocorrências.

A derivação, por ter-se apresentado bastante produtiva, mereceu a distinção entre prefixal e sufixal, fazendo-se a análise quantitativa e qualitativa das unidades formadoras dos termos.

4.6 Estrangeirismos

Dentre os estrangeirismos, foram selecionados apenas os originários da língua inglesa, não sendo abordados os termos de outras línguas, dado ao fato de a área de especialidade da Informática ter sua origem em um país de língua inglesa.

Os termos foram selecionados pelo programa extrator de neologismos (ver capítulo 4.1) e submetidos à análise quantitativa e qualitativa, um a um, o que permitiu a elaboração de gráficos pelos processos de formação e sua ocorrência por edição das revistas analisadas.

Quanto à forma, não foram identificados pelo uso de aspas ou itálico, pois não existem nas edições analisadas elementos distintivos dos termos em inglês, sendo apresentados como qualquer outro termo da língua portuguesa.

De modo geral, apresentaram-se como um processo constante, com frequência regular.

V. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

5.1 Análise quantitativa dos dados

Das quinze edições analisadas, extraímos 745 termos neológicos, dos quais quase a metade corresponde a estrangeirismos, apresentando-se a derivação e a siglação como processos também bem-produtivos. Os termos apresentam-se distribuídos pelos processos de formação da seguinte forma:

Gráfico 2 – Distribuição dos processos de formação de neologismos

Processo de formação	Qtd.	Perc.
Estrangeirismo	345	46,31%
Derivação Prefixal	122	16,38%
Sigla	108	14,50%
Formação Acronímica	43	5,77%
Derivação Sufixal	33	4,43%
Composição por Subordinação	26	3,49%
Formação Sintagmática	25	3,36%
Neologismo Semântico	20	2,68%
Decalque	12	1,61%
Composição por Coordenação	5	0,67%
Palavra-valise	3	0,40%
Analogia	1	0,13%
Derivação Regressiva	1	0,13%

Processo de formação	Qtd.	Perc.
Estrangeirismo Adaptado	1	0,13%
Total	745	100%

Tabela 3 – processos de formação de neologismos em geral

Conforme já enunciamos, optamos por agrupar alguns processos como forma de facilitar a análise e considerando, ainda, a pouca representatividade de alguns processos. Agrupando os três tipos de derivação em um único grupo, este processo representou 20,94 % dos termos neológicos.

Gráfico 3 – Distribuição dos processos de formação de neologismos por agrupamento com ênfase na derivação

Considerando-se que a Derivação corresponde a 20,94% dos processos encontrados, resolvemos investigar quais os prefixos e sufixos que apareceram nos processos de formação. Apresentamos a seguir os gráficos correspondentes.

Gráfico 4 – Distribuição dos prefixos nos termos encontrados

Prefixos										
SUPER-	MINI-	MICRO-	E- ¹	MULTI-	AUTO-	CIBER- ²	ULTRA-	DES-	TELE-	RE-
20	16	9	9	8	7	7	7	6	6	5
ANTI-	RECÉM-	META-	CO-	MEGA-	PRÉ-	NANO-	NÃO-	SEM-	SOBRE-	SUB-
4	4	3	2	2	2	1	1	1	1	1
Total = 122 termos										
¹ Apresentou a variante I- . ² Apresentou a variante cyber-										

Tabela 4 – Distribuição dos prefixos nos termos encontrados

Gráfico 5 – Distribuição dos sufixos nos termos encontrados

Sufixos												
-ado	-ar	-dor	-mento	-eiro	-ista	-ão	-ção	-ês	-idade	-izar	-lândia	Total
6	6	5	4	3	3	1	1	1	1	1	1	33

Tabela 5 – Distribuição dos sufixos nos termos encontrados

O grupo sigla/formação acronímica passou para 20,27%.

Gráfico 6 – Distribuição dos processos de formação de neologismos por agrupamento com ênfase na formação acronímica e sigla.

A composição por coordenação e por subordinação foi agrupada em composição, correspondendo a 4,16% dos termos encontrados.

Gráfico 7 – Distribuição dos processos de formação de neologismos por agrupamento com ênfase na formação acronímica e sigla.

Os demais processos ficaram com suas representações inalteradas e a distribuição passou a ser como segue:

Gráfico 8 – Distribuição dos processos de formação de neologismos nos grupos

Processo de Formação - Grupo	Qtd.	Perc.
Estrangeirismo	345	46,31%
Derivação	156	20,94%
Formação Acronímica / Sigla	151	20,27%
Composição	31	4,16%
Formação Sintagmática	25	3,36%
Neologismo Semântico	20	2,68%
Decalque	12	1,61%
Palavra-valise	3	0,40%
Analogia	1	0,13%
Estrangeirismo Adaptado	1	0,13%
Total	745	100,00%

Tabela 6 – Distribuição dos processos de formação nos agrupamentos

Para observarmos o percurso dos processos de formação de neologismos, analisamos as ocorrências por edição, sem e com o agrupamento metodológico utilizado:

Gráfico 9 – Comparativo da quantidade de ocorrências nas edições

Processo de Formação	Edições																
	Total	250	251	252	253	254	255	257	258	259	260	261	265	268	269	273	
Estrangeirismo	4500	245	326	256	267	354	241	417	265	332	261	365	322	288	212	349	
Sigla	1398	68	44	76	60	118	100	82	74	130	103	82	119	102	99	141	
Formação Acronímica	894	29	59	46	57	55	37	69	51	91	73	60	47	73	32	115	
Derivação Prefixal	389	20	14	29	19	36	13	34	20	22	24	30	21	28	40	39	
Decalque	326	19	18	11	18	25	26	26	29	21	22	9	20	21	38	23	
Neologismo Semântico	315	13	24	17	30	9	8	64	26	13	15	11	30	10	27	18	
Formação Sintagmática	250	18	14	19	12	13	8	26	10	24	22	13	12	29	21	9	
Derivação Sufixal	164	23	21	4	12	8	2	8	4	31	5	7	7	9	16	7	
Composição por Subordinação	56	2	2	2	3	4	3	5	2	3	2	6	9	8	2	3	
Palavra-valise	10	0	0	0	1	1	2	0	0	0	0	2	0	4	0	0	
Composição por Coordenação	5	1	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0	1	0	0	1	
Analogia	2	0	0	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Derivação Regressiva	1	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Estrangeirismo Adaptado	1	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Total	8311	438	522	460	482	624	440	731	481	668	528	585	588	572	487	705	

Tabela 7 – Distribuição dos processos de formação por edições

Gráfico 10 – Comparativo da quantidade de ocorrências nas edições por agrupamento

Grupos de Processo de Formação	Edições																	
	Total	250	251	252	253	254	255	257	258	259	260	261	265	268	269	273		
Estrangeirismo	4500	245	326	256	267	354	241	417	265	332	261	365	322	288	212	349		
Formação Acronímica / Sigla	2292	97	103	122	117	173	137	151	125	221	176	142	166	175	131	256		
Derivação	554	43	35	33	32	44	15	42	24	53	29	37	28	37	56	46		
Decalque	326	19	18	11	18	25	26	26	29	21	22	9	20	21	38	23		
Neologismo Semântico	315	13	24	17	30	9	8	64	26	13	15	11	30	10	27	18		
Formação Sintagmática	250	18	14	19	12	13	8	26	10	24	22	13	12	29	21	9		
Composição	61	3	2	2	3	4	3	5	2	4	3	6	10	8	2	4		
Palavra-valise	10	0	0	0	1	1	2	0	0	0	0	2	0	4	0	0		
Analogia	2	0	0	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0		
Estrangeirismo Adaptado	1	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0		
Total	8311	438	522	460	482	624	440	731	481	668	528	585	588	572	487	705		

Tabela 8 – Distribuição dos processos de formação nos agrupamento por edições

Apresentamos, a seguir, os gráficos das ocorrências por processo, ordenados pela distribuição dos seus agrupamentos:

O estrangeirismo manteve-se constante em todas as edições apresentadas, variando entre 212 e 417 ocorrências. É o processo mais produtivo encontrado nos dados analisados.

Gráfico 10 – Distribuição das 4500 ocorrências dos termos do grupo estrangeirismo por edição.

A derivação apresentou uma média de 37 ocorrências por edição, com produtividade irregular.

Gráfico 11 – Distribuição das 554 ocorrências dos termos do grupo derivação por edição.

A formação acronímica e a sigla começaram timidamente e foram ganhando espaço nas edições estudadas, apresentando um aumento de ocorrências.

Gráfico 12 – Distribuição das 2292 ocorrências dos termos do grupo formação acronímica/ sigla por edição.

A composição apresentou um pico de ocorrências na edição 265, mas manteve-se constante nas demais, com uma média de 4 ocorrências por edição.

Gráfico 13 – Distribuição das 61 ocorrências dos termos do grupo composição por edição.

A formação sintagmática teve suas ocorrências se alternando, isto é, subindo e descendo em número de ocorrências, nas nove primeiras edições, com uma média de 17 ocorrências por edição. Apresentou-se como um processo presente em todas as edições, mas percentualmente pouco significativo.

Gráfico 14 – Distribuição das 250 ocorrências dos termos do grupo formação sintagmática por edição.

O neologismo semântico, processo que aproveita os termos já existentes e acrescenta-lhes novos significados, manteve uma média de 21 ocorrências por edição. Teve um comportamento estável, embora apresente um pico de 64 ocorrências na edição 257.

Gráfico 15 – Distribuição das 315 ocorrências dos termos do grupo neologismo semântico por edição.

O decalque apresentou uma média de 22 ocorrências, sendo um processo estável, pois o número de ocorrências permanece próximo da média, variando aproximadamente de 3 a 4 ocorrências em relação à média, por edição.

Gráfico 16 – Distribuição das 326 ocorrências dos termos do grupo decalque por edição.

A palavra-valise só foi encontrada em cinco edições, com baixa ocorrência de termos, com uma média inferior a 1 ocorrência por edição. Desta forma, foi um processo que não ocorreu em todas as edições.

Gráfico 17 – Distribuição das 10 ocorrências dos termos do grupo palavra-valise por edição.

O grupo analogia apresentou apenas um termo, cuja ocorrência foi igual a 2 em uma única edição, sendo, portanto, um processo pouco representativo.

Gráfico 18 – Distribuição das 2 ocorrências dos termos do grupo analogia por edição.

O grupo estrangeirismo adaptado teve o mesmo comportamento que a analogia, apresentando apenas um termo, cuja ocorrência foi igual a 1 em uma única edição, sendo também, numericamente, pouco representativo.

Gráfico 19 – Distribuição da ocorrência do termo do grupo estrangeirismo adaptado por edição.

Após apresentarmos as ocorrências dos termos por edição, mostraremos a quantidade de termos por edição conforme agrupamento metodológico. Seguiremos a mesma ordem adotada anteriormente:

O estrangeirismo permanece com a maior quantidade de termos por edição: média de 74 termos. Sem grandes picos, este tipo de formação mantém-se constante no período analisado.

Gráfico 20 – Distribuição dos 345 termos do grupo estrangeirismo por edição.

A derivação apresentou uma boa produtividade neológica, com uma média de 20 termos por edição.

Gráfico 21 – Distribuição dos 156 termos do grupo derivação por edição.

A formação acronímica e a sigla também se apresentaram constantes na formação de termos, mantendo uma média de 34 termos por edição, não apresentando picos significativos.

Gráfico 22 – Distribuição dos 151 termos do grupo formação acronímica/sigla por edição.

Na composição, o pico de formação de termos pelo processo da composição ocorreu na edição 268, com o emprego de seis termos neológicos, com média de 3 termos por edição.

Gráfico 22 – Distribuição dos 31 termos do grupo composição por edição.

A formação sintagmática não apresentou um percurso constante, mas picos de produtividade seguidos de declínios acentuados na produção de neologismos.

Gráfico 23 – Distribuição dos 25 termos do grupo formação sintagmática por edição.

O neologismo semântico, também com quantidade reduzida de termos criados, mantém-se constante pelas edições, com uma média de 7 termos por edição. Em termos numéricos, o neologismo semântico não se apresentou como um processo produtivo, mas é constante nas edições como os demais processos de formação de neologismos.

Gráfico 24 – Distribuição dos 20 termos do grupo neologismo semântico por edição.

O decalque apresenta-se como um processo estável pelas edições, aparecendo com uma média de 4 termos por edição, tendo ocorrido em todas as edições.

Gráfico 25 – Distribuição dos 12 termos do grupo decalque por edição.

A palavra-valise foi um processo que não ocorreu em todas as edições como os anteriormente apresentados. Com apenas a formação de três termos em quinze edições, este foi um dos processos menos produtivos, tendo apresentado índice de ocorrência zero em dez edições.

Gráfico 26 – Distribuição dos 3 termos do grupo palavra-valise por edição.

A analogia contou apenas com um termo na edição 253, não apresentando formações nas demais quatorze edições, sendo, portanto, um processo de formação raro em nosso estudo.

Gráfico 27 – Distribuição do termo do grupo analogia por edição.

O estrangeirismo adaptado, como a analogia, também apresentou somente um termo, ocorrido na edição 254. Este termo será analisado posteriormente, pois, embora em número mínimo, seu surgimento propiciou a formação de outros termos encontrados em nosso estudo.

Gráfico 28 – Distribuição do termo do grupo estrangeirismo adaptado por edição.

Julgamos pertinente apresentar alguns termos selecionados pelo número de emprego nas edições analisadas, isto é, conforme o termo repete-se nas 15, 14, 13 edições e assim por diante. Segue o gráfico representativo destes empregos:

Gráfico 29 – Distribuição do emprego dos termos pelas edições.

A seguir, relacionamos os gráficos dos termos com maior relevância para nosso estudo, seguindo o critério de frequência:

Estrangeirismo

Gráfico 30 – Distribuição do termo *firewire* por edição.

Gráfico 31 – Distribuição do termo *streaming* por edição.

Gráfico 32 – Distribuição do termo *login* por edição.

Gráfico 33 – Distribuição do termo *slot* por edição.

Gráfico 34 – Distribuição do termo *hotspot* por edição.

Gráfico 35 – Distribuição do termo *touch screen* por edição.

Gráfico 36 – Distribuição do termo *tag* por edição. Gráfico 37 – Distribuição do termo *widget* por edição. Gráfico 38 – Distribuição do termo *microsd* por edição.

Gráfico 39 – Distribuição do termo *print* por edição.

Gráfico 40 – Distribuição do termo *minisd* por edição.

Derivação

Gráfico 41 – Distribuição do termo *virtualização* por edição.

Gráfico 42 – Distribuição do termo *minilaptop* por edição.

Gráfico 43 – Distribuição do termo *microblog* por edição.

Gráfico 44 – Distribuição do termo *ultraportátil* por edição.

Gráfico 45 – Distribuição do termo *superbanda* por edição.

Gráfico 46 – Distribuição do termo *e-aplicativo* por edição.

Gráfico 47 – Distribuição do termo *blogueiro* por edição.

Gráfico 48 – Distribuição do termo *visualizador* por edição.

Gráfico 49 – Distribuição do termo *linuxista* por edição.

Gráfico 50 – Distribuição do termo *escalabilidade* por edição.

Gráfico 51 – Distribuição do termo *virtualizado* por edição.

Gráfico 52 – Distribuição do termo *hackeado* por edição.

Gráfico 53 – Distribuição do termo *particionamento* por edição.

Gráfico 54 – Distribuição do termo *printar* por edição.

Gráfico 55 – Distribuição do termo *blogar* por edição.

Gráfico 56 – Distribuição do termo *blogolândia* por edição.

Gráfico 57 – Distribuição do termo *declique* por edição.

Formação Acronímica / Sigla

Gráfico 58 – Distribuição do termo *pog* por edição.

Gráfico 59 – Distribuição do termo *seo* por edição.

Gráfico 60 – Distribuição do termo *wap* por edição. Gráfico 61 – Distribuição do termo *wep* por edição. Gráfico 62 – Distribuição do termo *wi-fi* por edição.

Gráfico 63 – Distribuição do termo *ocr* por edição.

Gráfico 64 – Distribuição do termo *pdf* por edição.

Gráfico 65 – Distribuição do termo *rfid* por edição.

Composição

Gráfico 66 – Distribuição do termo *website* por edição. Gráfico 67 – Distribuição do termo *videochamada* por edição. Gráfico 68 – Distribuição do termo *webdesigner* por edição.

Gráfico 69 – Distribuição do termo *webseriado* por edição.

Gráfico 70 – Distribuição do termo *máquina-escrava* por edição.

Gráfico 71 – Distribuição do termo *monitor-tv* por edição.

Formação Sintagmática

Gráfico 72 – Distribuição do termo *rede social* por edição. Gráfico 73 – Distribuição do termo *internet móvel* por edição. Gráfico 74 – Distribuição do termo *disco virtual* por edição.

Gráfico 75 – Distribuição do termo *teclado virtual* por edição.

Gráfico 76 – Distribuição do termo *etiqueta inteligente* por edição.

Gráfico 77 – Distribuição do termo *tecnologia da informação* por edição.

Neologismo Semântico

Gráfico 78 – Distribuição do termo *solução* por edição. Gráfico 79 – Distribuição do termo *programinha* por edição. Gráfico 80 – Distribuição do termo *partição* por edição.

Gráfico 81 – Distribuição do termo *dedicado* por edição. Gráfico 82 – Distribuição do termo *canetinha* por edição.

Decalque

Gráfico 83 – Distribuição do termo *sem fio* por edição.

Gráfico 84 – Distribuição do termo *placa-mãe* por edição.

Gráfico 85 – Distribuição do termo *cavalo-de-tróia* por edição.

Gráfico 86 – Distribuição do termo *computação em nuvem* por edição.

Gráfico 87 – Distribuição do termo *usabilidade* por edição.

Palavra-valise

Gráfico 88 – Distribuição do termo *blogosfera* por edição.

Gráfico 89 – Distribuição do termo *camerafone* por edição.

Gráfico 90 – Distribuição do termo *websódio* por edição.

Analogia

Gráfico 91 – Distribuição do termo *conservapedia* por edição.

Estrangeirismo Adaptado

Gráfico 92 – Distribuição do termo *blogue* por edição.

5.2 Análise qualitativa dos dados

A grande presença do estrangeirismo, em particular do anglicismo, em nosso estudo sobre a Informática, demonstra a forte influência da língua inglesa nesta área de estudo.

Por ser uma área de especialidade que teve sua origem em um país de língua inglesa, os termos foram criados inicialmente nessa língua e, na maioria dos casos, acabam dispensando a tradução.

Termos como aqueles que nomeiam novos equipamentos, mídias ou tipos de arquivos acabaram por chegar à língua portuguesa inalterados, como é o caso de *PDF*, *Portable Document Format*, um formato de arquivo desenvolvido para representar documentos de maneira independente do programa que o gerou. Por ser considerado um padrão aberto, isto é, um padrão disponível para livre acesso e implementação que independe de licença de uso do fabricante, tornou-se popular nos *sites* como forma de divulgação de informações. O tipo de arquivo acabou por substituir o próprio programa e o termo que servia para especificar um tipo de arquivo passou a denominar o arquivo:

<O Adobe Reader LE abre PDFs anexados a e-mails e permite gravá-los na memória do aparelho ou do cartão.> (I , agosto de 2007)

<Apresentações em PowerPoint, assim como PDFs, ficam disponíveis apenas para visualização.> (I , agosto de 2007)

Os estrangeirismos, termos alienígenas à língua receptora, permanecem em sua forma original e são sentidos como pertencentes ao não-universo léxico do falante. Fortemente presentes na área da Informática, representam os objetos e serviços que foram criados para utilização nessa área de especialidade.

Por termos trabalhado com uma revista especializada na divulgação de tecnologia, encontramos uma grande quantidade de termos estrangeiros, com alta frequência e distribuição regular pelas quinze edições analisadas. Esses termos não apresentaram as características distintivas quanto à formatação do termo no contexto, isto é, não aparecem em itálico ou entre aspas. Alguns estrangeirismos apresentaram suas formas sempre com –s final, marcando seu plural. Seguem-se alguns exemplos:

“Com um bom computador, um microfone, um software de edição e outro de compressão de áudio, qualquer amador produz <podcasts>.” (I, 01/2007)

“Depois do sucesso de alguns serviços online, como o GMail e o Del.icio.us, as <tags> (etiquetas) ficaram populares. No Vista, é possível adicionar <tags> e categorias aos arquivos multimídia, o que facilita a organização do HD e as buscas nele.” (I, 03/2007)

“E esses recursos tendem a aumentar graças a arquitetura de <widgets> do Joost.” (I, 06/2007)

Hotspot, geralmente encontrado em locais públicos, é o nome do local onde qualquer usuário pode conectar-se à Internet utilizando uma rede sem fio do tipo Wi-Fi. Indica o local onde essa tecnologia está disponível:

“Desde que contratou o VoIP da TMais, sua despesa se mantém entre 150 e 170 reais. Além de usar um adaptador ATA em casa, faz ligações em <hotspots.>” (I, 01/2007)

O *login* é um conjunto de caracteres que o usuário deve digitar para poder ter acesso a um sistema informatizado, também chamado como nome de *login* ou nome de usuário:

“Por padrão, o servidor não permite o <login> como root na tela inicial do sistema. O usuário deve fazer o <login> com uma conta de usuário comum e fornecer a senha de administrador caso acesse alguma tarefa mais sensível, como configuração de hardware ou instalação de software.” (I, 01/2007)

Streaming é uma forma de transmissão de dados, informação multimídia por pacotes numa rede, geralmente pela Internet. Pode ser traduzida por *fluxo de média*, porém este termo não foi encontrado nos dados analisados:

“O som pode ser ouvido por <streamimg> no player ou baixado para o computador” (I,05/2007)

O *Firewire* é um tipo de conexão existente nos computadores, uma tecnologia de entrada e saída de dados em alta velocidade. É uma interface serial usada nos computadores pessoais e aparelhos digitais:

“O drive funciona pela porta USB 2.0 ou pela <FireWire> e não necessita de alimentação externa.” (I, 11/2007)

O *slot*, termo que em inglês significa ranhura, é usado para designar o local onde são encaixadas as memórias e outros componentes na placa-mãe do computador, como placas de vídeo, som, rede etc. Sua função é ligar os periféricos ao barramento e suas velocidades são correspondentes às dos seus respectivos barramentos:

“Os espelhos de slots e outros componentes que forem removidos podem ser guardados em um estojo que fica dentro do próprio gabinete.” (I, 01/2007)

“O InfoWay N8320 traz ainda <slot>, Express Card 34 e três portas USB 2.0, mas não tem <FireWire> nem <Wi-Fi> n.” (I, 11/2007)

“Para quem acha pouco (1h10 na resolução máxima), há um <slot> para cartões SDHC de até 4 GB.” (I, 11/2008)

Um estrangeirismo que nos chamou a atenção foi *print*, formador do verbo *printar*. Esse termo apresentou-se instável quanto à sua concordância nominal nos contextos analisados. Ora apresentava-se com o gênero feminino ora com o gênero masculino, o que nos pareceu comprovar seu caráter alienígena, externo ao sistema linguístico, pois dentro de sua aceitabilidade não ficou marcado seu gênero, de difícil identificação por não ser um sema marcado no inglês:

“Ao iniciar uma impressão, a máquina mostra serviço: em apenas cinco segundos já começa a produzir as <prints>.” (I, 06/2007)

“Ninguém precisa ter paciência de monge para aguardar os <prints> produzidos pelo multifuncional a jato de tinta Pixma MP180, da Canon, especialmente no caso de textos.” (I, 07/2007)

“<Print> consciente ” (I,03/2008)

“GREENPRINT: economia de papel nas <prints>” (I,03/2008)

“**PC & CIA** CLP-315, da Samsung: design bacana e <prints> coloridos a laser” (I, 11/2008)

Observamos também que alguns estrangeirismos aparecem com uma grafia variante, isto é, alguns termos compostos no inglês aparecem grafados juntos, como um único termo, ou separados, como uma formação sintagmática. É o caso de *touchscreen* ou *touch screen*, e *touchpad* ou *touch pad*, os quais são grafados das duas formas em inglês e foram registrados nas edições da revista com as duas formas, de maneira equivalente. *Touchpad* foi registrada como um único termo em doze ocorrências contra nove apresentadas em separado. No caso de *touchscreen*, três ocorrências junto contra 81 formada por dois termos:

“Os equipamentos mais inovadores já trazem <touch screen>. Os tablets Pavilion, da HP, e o minilaptop Shift, da HTC, por exemplo.” (I, 06/2008)

“No quesito vídeo, a máquina não chegou a bons resultados, por causa da placa de vídeo fraca e compartilhada. Mas a sensibilidade da tela <touch screen> impressionou nos testes do INFOLAB.” (I, 11/2008)

Mesmo aparecendo na mesma edição, observamos que não há uma preferência ou padrão para o uso do termo grafado, junto ou separado. Parece haver uma escolha do autor do texto, sem que sejam definidos critérios pelos editores da publicação. Confira nos exemplos abaixo, retirados da mesma edição:

“As informações sobre o vinho são exibidas, então, na tela <touchscreen> do quiosque.” (I, 10/2007)

“Impossível resistir à tela <touch screen> praticamente comandada por toques de magia — ou melhor, do mágico Steve Jobs.” (I, 10/2007)

Somente o termo *blogue* apresentou alteração gráfica, podendo ser considerado como um estrangeirismo adaptado, cuja ortografia foi adaptada à da língua portuguesa. Esta forma ocorreu somente uma vez, grafado com letra maiúscula para chamar a atenção, referindo-se à página de Internet usada como um diário *on-line*. A presença de um –ue final caracteriza uma integração à língua receptora, pois representa a sonoridade do termo estrangeiro (g > gue):

“Não deixe de comentar e conhecer as outras ferramentas de interatividade, como o <Blogue> aí, além dos links para Rec6 e LinKK.”(I, 05/2007)

Embora *bloque* apareça uma vez, encontramos a manifestação de seus derivados: *blogar*, *blogolândia*, *blogosfera*, *blogueiro*. As formas derivadas reforçam a integração do termo neológico. Afirma Alves (1990: 78):

[...] morfossintaticamente, a integração à língua portuguesa manifesta-se nos casos em que o estrangeirismo começa a formar derivados e compostos.

Quanto à derivação, observamos que esse processo foi responsável por 20,94% dos termos encontrados, sendo 16,38% derivação prefixal e 4,43%, sufixal. Houve apenas uma ocorrência de derivação regressiva, responsável por 0,13%. Dos prefixos utilizados, *super-* continua como o de maior produtividade, seguido de *mini-*, *micro-*, *multi-*, *e-*, *auto-*, *ultra-*.

Exemplificando os termos mais recorrentes, começamos pelo termo *superbanda*, formado pelo prefixo *super-*. Afirma Alves (1990:19):

Super-, mais usado que os demais, acresce uma ‘qualidade superior’ à base a que se justapõe. Quanto ao aspecto morfológico, a base prefixada por *super-* apresenta caráter substantival, algumas vezes verbal e também adjetival (...) Ainda que frequente em todos os domínios, o elemento *super-* é sempre encontrado nas mensagens publicitárias, pois contribui para intensificar as qualidades atribuídas a um produto.

O prefixo *super-*, que indica posição superior, no caso apresentado refere-se à alta qualidade da banda larga, que assume um valor mais elevado que o normal:

“Ao anunciar a <superbanda> larga, com velocidades de até 8 Mbps no Net Virtua, Carvalho deu a partida para um processo acelerado de upgrade.” (I, 08/2007)

“De fato, ficou evidente, nos testes do INFOLAB, que as <superbandas> acabam sendo limitadas pela velocidade do servidor de conteúdo e outros fatores, como a quantidade de roteadores pelos quais o pacote de dados tem de passar para chegar ao destino.” (I, 07/2008)

Outro prefixo utilizado em boa parte das formações de termos por derivação prefixal foi *mini-*, presente em 21 termos encontrados e sendo o segundo prefixo mais frequente, seguido do prefixo *micro-*, presente em 15 termos. Ambos conferem o valor de “pequena dimensão” (cf. Alves, 1990: 20) às bases às quais se fixam.

O termo *minilaptop*, formação com o prefixo *mini-*, apresentou distribuição irregular pelas edições, somente aparecendo a partir da edição 265, isto é, a partir de abril de 2008, apresentando uma curva ascendente de uso desde então:

“A chegada do <minilaptop> da Asus deu uma chacoalhada histórica no ramo dos computadores portáteis. E até parece que os micrinhos com telas entre 7 e 10 polegadas sempre estiveram por aí.” (I, 11/2008)

Embora possuindo a mesma carga semântica, termos formados com o prefixo *mini-* e o prefixo *micro-* podem aparecer designando objetos diferentes, sendo que o objeto nomeado com o prefixo *micro-* apresenta-se em menor tamanho que *mini-*:

“Comuns em celulares, os cartões de memória miniSD e microSD não são compatíveis com muitos dos leitores encontrados nos PCs.” (I, 10/2007)

Outro termo que apresentou frequência com picos foi *microblog*, apresentando oito ocorrências na edição 254 e caindo para zero na edição 265, dez meses depois:

“Também é possível adicionar informações específicas, como endereços web e frases, que ganham uma formatação visual diferenciada. Outro recurso é a possibilidade de hospedar seu <microblog> em um domínio personalizado.” (I, 05/2007)

Considerado como prefixo, *e-* apresentou nove formações, correspondendo a 6% do total da derivação prefixal. Seu significado está relacionado a tudo que diz respeito à Internet, isto é, *e-* corresponde à abreviação de *eletrônico*, feito via computador.

A frequência do termo *e-aplicativo* não foi regular, apresentando maior ocorrência entre janeiro e junho de 2007, sendo uma seção específica da revista, que após este período foi desativada, que mostrou a dinamicidade do termo:

“66 <E-APLICATIVOS> Drupal gerencia sites com eficiência” (I, 01/2007)

“78 **E-APLICATIVOS** O Photoshop CS3 agora edita vídeo” (I, 04/2007)

O prefixo *ultra-* denota “superioridade”, “exagero”, “grandeza”, “excesso” e se prefixa a bases substantivas e adjetivas. Ligado ao adjetivo *portátil*, formou o termo *ultraportátil*, substantivo, que ocorreu em quase todas as edições, apresentando seu pico nas edições 259 e 260, de setembro e outubro de 2007, edições dedicadas aos notebooks, o que justifica as sete ocorrências do termo *ultraportátil*:

“A força dessa configuração foi comprovada no PCMark05, onde o modelo atingiu 3 658 pontos, marca muito boa para um *ultraportátil*.” (I, 10/2007)

“O Aspire 2920, da Acer, é um <ultraportátil> com uma configuração muito boa para a sua faixa de preço, como verificado pelo desempenho acima da média no PCMark05 (3 708 pontos) durante os testes do INFOLAB.” (I, 03/2008)

Por outro lado, os sufixos que mais contribuíram para a formação de novos termos foram: *-ado* (15%), *-ista* (12%), *-eiro* (11%), *-dor* (11%), *-ar* (11%), *-mento* (8%).

A forma participial *-ado* aparece como formadora de adjetivos a partir de verbos, transformando a forma verbal *virtualizar* no adjetivo *virtualizado*:

“O que está claro é que vamos construir um ambiente todo <virtualizado>.” (I, 07/2008)

Da forma *hacker*, um estrangeirismo já registrado que significa o pirata da Internet, encontramos a formação *hackeado* pelo acréscimo do sufixo *-ado*:

“Além da confiabilidade, há o problema da segurança. O que acontece quando o software na nuvem é <hackeado>? Quem é o responsável?” (I, 07/2008)

A presença do sufixo *-ista* serve como formador de substantivo que designa uma filosofia relacionada ao termo, aquele que é “adepto de”. No caso de *linuxista*, aquele que é adepto do Linux, Sistema Operacional de código livre:

“A alternativa para <linuxistas> iniciantes foi assunto do post de estréia do blog do Luiz Cruz, no site da INFO.” (I, 10/2007)

O sufixo *-eiro*, ligado a uma base substantival, designa a ideia de um agente praticante de uma ação, como no caso de usuário e construtor de um *blog*: *blogueiro* [*blogue* (*estrangeirismo adaptado*) + *eiro*(*sufixo*)].

“Além de ser um dos sistemas de blogs mais usados, o Wordpress está entre os melhores. Sua interface funciona bem mesmo para <blogueiros> que não são micreiros.” (I, 11/2007)

O agente da ação pode ser representado pela transformação de um verbo em um substantivo com o uso do sufixo *-dor*. *Visualizador* é um agente inanimado que faz a ação de visualizar, é uma espécie de programa que apresenta as imagens para o usuário:

“Um duplo clique abre a imagem num <visualizador>, onde o tamanho pode ser ajustado por um controle de zoom. O programa permite imprimir várias fotos na mesma página.” (I, 11/2007)

Com o sufixo *-ar*, identificamos a formação *printar*, formada por *print*, um estrangeirismo, designando o ato de imprimir ou mandar para impressão documentos em arquivos digitais:

“Printar faz mal à saúde” (I, 09/2007)

“Printe e escaneie!” (I, 12/2008)

Chamaram a nossa atenção os termos *escalabilidade* e *virtualização* pelos picos de frequência que apresentaram. Afirmar Alves (1990: 30-32):

A ação verbal revelada por -ção pode implicar – se a base verbal for formada com o sufixo -izar – um ‘processo de expansão em relação ao elemento-base’ [...] O significado de ‘modo’ ou ‘estado’ lexicaliza-se por meio do sufixo -idade e de bases adjetivais, que derivam substantivos.

“O Oracle 11g traz aperfeiçoamentos em desempenho, disponibilidade, segurança, gerenciamento e <escalabilidade>” (I, 07/2008)

“Nos testes do INFOLAB, o sistema se destacou principalmente pela facilidade de configuração e pela quantidade de recursos de <virtualização>, o <buzzword> do momento em TI.” (I, 01/2007) (itálico nosso)

Dos termos de maior frequência nesse tipo de formação, a derivação sufixal, o termo *particionamento* ocorreu quatro vezes, uma por edição, correspondendo à formação particionar – mento = verbo – mento – substantivos deverbais. Afirmar Alves (1990: 31):

Vários sufixos nominais associam-se a bases verbais a fim de formarem substantivos e adjetivos neológicos cujo significado está relacionado com a ação verbal: -ança, -ção e -mento expressam tal ação; -dor implica um agente, um responsável por essa ação.

Desta forma, *particionamento* corresponde à ação de particionar um disco rígido ou *HD*, isto é, dividi-lo ou segmentá-lo em vários discos lógicos ou unidades. O resultado desta divisão é chamado *partição*:

“Muita gente tem vontade conhecer o Linux, mas quer distância do <particionamento> do disco rígido. A equipe do Ubuntu criou uma alternativa de instalação para essas pessoas.” (I, 09/2007)

“ Migração de um sistema operacional e todas as aplicações instaladas nele de um computador físico para uma máquina *virtual* (ou uma *partição*), sem ter de reinstalar nada.” (I, 02/2007)

Outro processo de formação de termos que se apresentou significativo foram as siglas e os acrônimos, utilizados como forma de economia discursiva, surgindo como redução das formações sintagmáticas vindas do inglês. Afirma Alves (1990:56):

Tipo especial de composição sintagmática, a formação de unidades neológicas por meio de siglas, ou acronímica, resulta da lei de economia discursiva. O sintagma é reduzido de modo a tornar-se mais simples e mais eficaz no processo de comunicação.

Nesta busca por economia discursiva, podemos citar *OCR - Optical character recognition*, cuja formação sintagmática em inglês (*Optical character recognition*) não apareceu em nenhuma edição das revistas analisadas, e em português (*Reconhecimento Ótico de Caracteres*) apareceu somente em uma edição, enquanto a forma reduzida *OCR* foi utilizada cinco vezes no mesmo período:

“Além disso, se a empresa converte com frequência o material escaneado para textos editáveis, é bom pensar num multifuncional com recursos de <reconhecimento óptico de caracteres (OCR) >.” (I, 01/2007)

“Ali, ela é submetida a um <OCR> para identificar os caracteres, que por fim são aplicados no campo de digitação do site de webmail.” (I, 09/2007)

Parece-nos que existe uma preferência pelas formações por sigla ou acronímica, as quais correspondem a 20,27% dos termos detectados contra os 3,36% formados pela formação sintagmática. Acreditamos que esse fato seja resultado da busca pela facilidade e rapidez da comunicação nesta área de especialidade, como forma de facilitar a transmissão de informações e universalização dos equipamentos utilizados:

“O serviço Aprex (veja análise na pág. 61) tem um bom recurso <WAP> para visualização e edição de arquivos. Para acessar todas as funções é necessário optar por um plano pago.” (I, 05/2007)

“Confira as tiradas da <POG>, a Programação Orientada a Gambiarras” (I, 02/2007)

“Se o ambiente for protegido por <WEP> ou WPA, basta digitar a chave de acesso.” (I, 04/2007)

“É justamente aí que entra a sigla <SEO> (Search Engine Optimization), conjunto de ajustes aplicados a websites para que eles sejam acessados mais facilmente pelas ferramentas de busca e, conseqüentemente, ganhem posições no ranking de resultados.” (I, 04/2007)

WI-FI é um sistema de rede sem fio que usa um roteador específico. Com o intuito de diminuir os cabos de distribuição de redes nas empresas e residências, o sistema de rede sem fio vem tomando conta do mercado de redes. Esse termo é o que mais se apresentou em todas as edições analisadas, com 509 ocorrências no total. É na verdade uma marca registrada que virou sinônimo de rede sem fio, do termo inglês *Wireless Fidelity*, que significa *Fidelidade Sem Fio*:

“Se você está planejando sacar seu notebook e navegar pela rede <Wi-Fi> da Starbucks no Brasil, precisará esperar. E de pé, nas filas de estréia.” (I, 01/2007)

“Inclui firewall e suporte aos principais protocolos de segurança das redes <Wi-Fi>.” (I, 03/2007)

“Dispositivos desse tipo recebem o sinal da rede celular e os distribuem por <Wi-Fi> ou via cabo.” (I, 07/2008)

Embora as formações apresentadas também sejam classificadas como neologismos sintáticos, optamos por separá-las da derivação e da composição, que juntas foram responsáveis pela formação de 25% dos termos encontrados. Afirmar Alves (1990:14):

Os neologismos sintáticos supõem a combinatória de elementos já existentes no sistema linguístico do português.

Classificados em derivados, compostos sintagmáticos e compostos formados por siglas ou acrônimos, são denominados sintáticos porque a combinação de seus membros constituintes não está circunscrita exclusivamente ao âmbito lexical (junção de um afixo a uma base), mas concerne também ao nível frástico: o acréscimo de prefixos ou sufixos pode alterar a classe gramatical da palavra-base; a composição tem caráter coordenativo e subordinativo; os integrantes da composição sintagmática e acronímica constituem componentes frásticos com o valor de uma unidade lexical.

Dos elementos formados por composição, os que chamaram a nossa atenção são *website*, *webdesigner* e *webseriado*, formações cujos elementos já se encontram dicionarizados, com origem na língua inglesa e formados com o termo *web*, registrado no dicionário Houaiss com datação de 1991, como “substantivo feminino Rubrica: internet. nome pelo qual a rede mundial de computadores internet se tornou conhecida a partir de 1991, quando se popularizou devido à criação de uma *interface gráfica* que facilitou o acesso e estendeu seu alcance ao público em geral” (Houaiss, 2001).

“Site = substantivo masculino

Rubrica: internet.

local na Internet identificado por um *nome de domínio*, constituído por uma ou mais páginas de hipertexto, que podem conter textos, gráficos e informações em multimídia.

Obs.: cf. *home Page*” (Houaiss, 2001).

“designer = substantivo de dois gêneros

Rubrica: desenho industrial.

ver **desenhista industrial**” (Houais, 2001).

$web + site = (S + S) - base\ livre + base\ livre$

$web + designer = (S + S) - base\ livre + base\ livre$

$web + seriado = (S + S) - base\ livre + base\ livre$

Podemos observar que o termo *webseriado* compõe-se da junção de duas bases livres, sendo a primeira representante de um termo oriundo do inglês, e a segunda, uma palavra de origem portuguesa (“adjetivo e substantivo masculino 4 Rubrica: cinema, televisão. diz-se de ou filme que se exhibe em partes e em intervalos regulares”- Houaiss). Essa junção resulta na união de dois significados, os quais podemos reduzir a Internet + filme em capítulos. O

seriado que era transmitido pela televisão passa a ser feito para ser divulgado e transmitido pela Internet.

Outra formação que chamou a nossa atenção foi *videochamada*, que aparece quatro vezes em uma mesma edição e é formada por duas bases livres: vídeo + chamada. De forma analógica a videoconferência, *videochamada* relaciona a presença da imagem transmitida pelo monitor e a chamada via telefone, criando um novo conceito em comunicação via microcomputador.

Quanto às formações sintagmáticas, sua frequência foi baixa, correspondendo a somente 3,36% dos termos encontrados. Acreditamos que esse fato é resultante de uma preferência pelo uso das siglas ou formações acronímicas.

Exemplo disso pode ser notado pela frequência da sigla *TI*, em torno de 450 ocorrências, contra 11 de *Tecnologia da Informação*:

“Em 2006, a indústria de <Tecnologia da Informação> cresceu cerca de 15% no Brasil, colocando o país no mapa dos grandes do setor. A expansão foi norteadada pela inovação e pelo foco na internet – com destaque para sites e aplicativos da chamada web 2.0, que valoriza o internauta como produtor das informações.” (I, 01/2007)

Da mesma forma, a sigla *RFID* ocorre 59 vezes contra as 10 de *etiqueta inteligente*:

“O Sistema Nacional de Identificação Automática de Veículos (SINIAV) é um dos exemplos de como as <etiquetas inteligentes> estão se infiltrando no dia-a-dia das pessoas. Em três anos em meio, o projeto deverá colocar o RFID nas ruas e nas frotas de veículos, tanto novos como usados, de todas as cidades brasileiras.” (I, 10/2007)

As formações sintagmáticas com o adjetivo *virtual* estão presentes *teclado virtual* e *disco virtual*, em que a virtualidade tende a ser uma tendência da área da Informática, com a implementação da *computação em nuvem*, onde os dados passam a ser armazenados num servidor, longe do usuário. *Virtual* deixou de ser somente o possível, mas designa um objeto ‘imaginário’, pois um *teclado virtual* é aquele visualizado numa tela de computador, isto é, uma imagem representando o objeto, e um *disco virtual* é aquele que não está presente fisicamente próximo ao usuário, mas que ele pode acessar remotamente:

“Com a ajuda da caneta, a entrada de texto passa a ser feita por um <teclado virtual> ou com escrita cursiva, graças ao reconhecimento automático de escrita disponível em alguns aplicativos.” (I, 10/2007)

“Mas a experiência em projetos baseados na web 2.0 levou Coelho — e o sócio — a desenvolver um escritório online, com ferramentas como calendário, agenda, bloco de tarefas, blogs, links e <disco virtual>, tudo num ambiente de colaboração e de fácil acesso.” (I, 08/2007)

O sintagma formado por Internet (rede mundial de computadores) e o adjetivo móvel (passível de ser movido) caracteriza a presença de um modem que opera a conexão com a Internet por meio de uma operadora de telefonia celular. Esse processo pode ocorrer tanto com notebooks quanto com aparelhos celulares, sendo que neste caso dispensa-se o uso do modem.

Seguindo os critérios apresentados por Alves (1990; 51), observamos que a formação *internet móvel* não admite a inclusão de um elemento sem alteração semântica e quebra do conjunto, isto é, não podemos dizer *internet muito/pouco móvel*. Além disso, a posição fixa de seus elementos também caracteriza a lexicalização do sintagma, cujos elementos não são substituíveis: *internet móvel* não admite as possíveis formas “móvel internet”, “internet movida”, “rede mundial de computadores móvel”:

“As redes de dados das operadoras de celular podem ser uma alternativa para ter <internet móvel> no notebook.” (I, 11/2007)

“Com um modem que se conecta ao laptop e pode ser levado para qualquer lugar, o usuário pode acessar a internet a 1 Mbps, desde que esteja numa zona de cobertura 3G. É muito fácil e rápido usar serviços como o Google Maps porque dá para carregar mapas com grande nível de detalhes numa velocidade muito boa. Por isso, a <internet móvel> está ganhando cada vez mais espaço.” (I, 03/2008)

Utilizando os mesmos critérios apresentados para a verificação das formações sintagmáticas observamos a ocorrência de *rede social*, cuja frequência vem se mantendo

constante desde abril de 2007, apresentando um pico nas edições de junho e julho de 2008. Também não é possível intercalar nenhum elemento no interior da formação sintagmática, nem tampouco inverter sua ordem sem alteração do significado.

Podemos definir *rede social* como um agrupamento de indivíduos que possuem interesses em comum e que o compartilham por meio de programas específicos na Internet:

“O LinkedIn, uma <rede social> que crava em seu DNA a palavra carreira, tem 22 milhões de usuários e negocia um investimento que pode chegar a 1 bilhão de dólares.” (I, 06/2008)

“Os leitores da **INFO** ganharam uma nova plataforma para interagir com a revista e trocar idéias no ritmo da web 2.0. Está no ar a <rede social> da **INFO**.” (I, 07/2008)

Outro exemplo de formação sintagmática é *web semântica*, cuja formação representa uma extensão da web atual, interligando significados de palavras e possibilitando atribuir sentido aos conteúdos publicados na Internet tanto pelo homem quanto pelo computador. Por meio de códigos baseados em descrições nos padrões W3C, os computadores serão capazes de identificar o que representa um nome, endereço ou cidade.

Dos termos formados por neologia semântica ou conceptual, resultante de uma transformação semântica do termo, isto é, da alteração de alguns semas que o compõem, separamos aqueles que se apresentaram entre os cinco mais frequentes. Dentre eles, *programinha*, como forma diminutiva de programa, apresenta uma mudança em seu significado, pois não representa somente um programa pequeno, mas um programa de computador que executa pequenas operações. Pode ser caracterizado como um aplicativo destinado a pequenas tarefas, pequenas operações executáveis em outros programas de maior porte. Não carrega a carga pejorativa que às vezes o diminutivo apresenta.

O programa aplicativo, em Informática, corresponde a um programa com múltiplas funções, composto por vários procedimentos internos, rotinas programadas para a sua execução. No caso dos *programinhas*, são feitos como um complemento ao programa principal e geralmente são de livre uso. Desta forma, apresentam o acréscimo dos semas ‘pequeno’, ‘livre’, ‘leve’, ‘simples’:

“Trata-se de um canal para download de programinhas adicionais, presente apenas no Vista Ultimate. Pelo menos até o dia 13 de dezembro, a Microsoft vinha fazendo segredo sobre o que seriam esses <programinhas>, que ainda não estavam disponíveis.” (I, 01/2007)

“O Pownce traz uma fusão de várias novidades recentes em serviços online, contando com opção de acesso pela web ou usando um <programinha>.” (I, 09/2007)

“Há também <programinhas> leves e simples que são uma tremenda ajuda na produtividade pessoal — de gerenciador de VCards a controladores de quilometragem e combustível, de calculadoras de hipotecas, gorjetas e mesadas a gerenciadores de ações.” (I, 11/2008)

Consideramos *canetinha* como outro exemplo de neologismo semântico, pois em sua acepção registrada em dicionário, caneta corresponde a um objeto de metal ou plástico, cilíndrico, em cujo interior há um tubo contendo tinta, a qual sairá por uma das extremidades do objeto e que serve para escrever em um papel. Na Informática, a *canetinha*, escrita em forma diminutiva, corresponde a um objeto semelhante ao mencionado, mas apresenta como distinção o fato de não escrever com tinta em papel, mas servir como um objeto para tocar os ícones numa tela, podendo ser substituída pelo dedo do usuário:

“Dá para fazer algumas operações básicas, como a discagem, facilmente com os dedos. Mas tarefas mais avançadas exigem o uso da <canetinha>. A entrada de dados é feita com a digitação no teclado virtual ou pelo reconhecimento da escrita, que funcionou bem nos testes do INFOLAB.” (I, 08/2007)

“O chato é que o único teclado QWERTY virtual é daqueles minúsculos para ser usado com a <canetinha> stylus. Até existem opções de teclado para serem acionados com os dedos, mas nenhum com uma letra por tecla.” (I, 11/2008)

O termo *dedicado*, cuja acepção encontrada nos dicionários diz respeito a dedicar-se a alguma entidade religiosa, alguma atividade, empenhar-se, normalmente relacionado a um ser

animado, na área da Informática está relacionado a seres inanimados, como *servidores* e *links*, cuja função passa a ser exclusiva para um determinado fim. Um *servidor dedicado* significa um computador destinado exclusivamente para ser usado em uma rede de computadores como forma de armazenamento exclusivo de dados.

Desta forma, consideramos *dedicado* um neologismo semântico, porque houve uma alteração de *dedicar-se* para *exclusivo de*:

“As duas opções de streaming exigem que o vídeo seja armazenado em servidor <dedicado>.” (I, 02/2007)

“Desde junho do ano passado, a empresa usa o voipMais, da operadora TMais, com um link <dedicado> de banda larga de 2 Mbps.” (I, 03/2007)

No termo *solução* também encontramos um neologismo semântico, pois é usado como programa ou conjunto de programas, uma metodologia de trabalho na área da Informática, tomado de empréstimo da área da Química, em que *solução* pode ser caracterizado por formar um sistema homogêneo. Em Informática, o termo *solução* não é usado somente como resposta a um determinado problema, mas como um conjunto de programas aplicativos que, usados em conjunto, gerenciam vários processos dentro de uma empresa. Corresponde a aplicativos ou programas, que juntos formam um sistema homogêneo:

“Um exemplo é o desenvolvimento de aplicativos para a pequena empresa. Há uma infinidade de <soluções> para restaurantes no mercado. Mas praticamente não existem pacotes abrangentes para a pequena indústria — categoria que inclui desde a fábrica de doces caseiros até a serralharia da esquina.” (I, 07/2007)

“Inaugurado em 2006, esse centro hoje tem 42 engenheiros de software, que desenvolvem <soluções> principalmente para clientes de fora do Brasil: 60% da sua produção vai para os Estados Unidos e 20% para a Europa. (I, 10/2007)”

O decalque, responsável por 1,61% das criações neológicas encontradas, processa a tradução do termo vindo por empréstimo de outra cultura e mantendo a média dos últimos meses.

O termo *usabilidade*, decalque do inglês *usability*, corresponde à simplicidade e facilidade com que uma interface, um programa de computador ou um *website* pode ser utilizado;

“Os ícones do Vista tornam mais clara a distinção entre as pastas e os diversos tipos de arquivos, mas não alteram significativamente a <usabilidade> do sistema.” (I, 01/2007)

“Também pode ser interessante associar-se a companhias que desenvolvem sites e a especialistas em <usabilidade> online.” (I, 09/2007)

Outro decalque chamou-nos a atenção, pois somente apareceu nas últimas edições e com alta frequência: *computação em nuvem*. Decalque de *cloud computing*, refere-se ao armazenamento de dados em servidores que podem ser acessados via Internet sem a necessidade de instalação de programas adicionais. Utiliza-se a memória e a capacidade de cálculo de computadores e servidores compartilhados e interligados, permitindo o acesso a programas, serviços e arquivos remotamente;

“Agora trabalhamos em outras *soluções*, como rodar aplicativos suspeitos em um nível diferente do sistema operacional, com *virtualização*, e em classificação de ameaças em tempo real, via <computação em nuvem>.” (I, 11/2008)

“Os aplicativos online de escritório são um dos exemplos mais visíveis de como a computação em nuvem funciona a serviço de milhões de usuários e como poderão influenciar a forma como empresas de todos os portes processarão suas informações no futuro.” (I, 07/2008)

Placa-mãe é outro exemplo de decalque curioso, pois convive pacificamente com a forma em inglês, *motherboard*. Enquanto este termo ocorre uma única vez nas edições analisadas, aquele formado por decalque ocorre em todas as edições. A maior frequência do termo formado por decalque parece sugerir uma busca de aportuguesamento de alguns termos, conforme seu uso passa a ser mais constante:

“As *motherboards* e placas de vídeo de última geração permitem o uso em paralelo de várias aceleradoras de vídeo.” (I, 03/2007) (itálico nosso)

“O *Skype*, quem diria, pega dados da BIOS e o número de série da <placa-mãe> por meio do programa oculto 1.com, presente na pasta temporária do usuário.” (I, 03/2007)

“Para piorar a situação, a <placa-mãe> e a fonte de energia que equipam a máquina não permitem *upgrades* ousados.” (I, 11/2008) (itálico nosso)

A formação por palavra-valise é aquela em que “se manifesta um tipo de redução, em que duas bases são privadas de parte de seus elementos para constituírem um novo item léxico” (Alves, 1990: 69), apresentou número bem reduzido de termos, destacando-se *websódio*, *camerafone* e *blogosfera*:

Web + episódio [$(S + S) - base livre + base livre$] > *webepisódio** > *websódio*
s.m. episódio de seriado feito para ser transmitido via internet.

Câmera + telefone [$(S + S) - base livre + base livre$] > *camerafone*
s.m. aparelho celular com câmera fotográfica de alta resolução

Blog + esfera [$(S + S) - base livre + base livre$] > *blogesfera** > *blogosfera*
s.f. conjunto de todos os blogs de uma comunidade ou de uma rede social; coletivo de blog.

“Não há espaço para amadorismos, a la YouTube, nas cenas do Sanctuary, seriado produzido pela canadense Stage 3 Media, em exibição exclusiva na web. Planejado para ser a base de uma comunidade online de ficção científica, Sanctuary mescla vídeo e computação gráfica de boa qualidade em <websódios> quinzenais de 15 minutos.” (I, 06/2007)

“Perfeitos para quem quer carregar uma câmera decente no bolso em tempo integral, os <camerafones> vêm adotando lentes melhores e recursos como o autofoco e o redutor de vibrações, para evitar fotos tremidas.” (I, 06/2008)

“Pois o próprio pai da expressão web 2.0, o editor americano Tim O’Reilly, não enfrentou a fúria da <blogosfera> quando ela expôs, recentemente, as incongruências de sua organização de eventos?” (I, 05/2007)

Palavra de difícil classificação, o termo *conservapedia* (= conservar + pedia) formou-se por analogia a forma *Wikipédia*, ambas correspondendo a enciclopédias via Internet: esta inovadora, recebendo contribuições dos *internautas*; aquela, com informações recolhidas de maneira mais conservadora. Chamamos a este processo de formação por analogia. Este processo, porém, não se apresentou em nada produtivo, incluindo apenas um termo:

“Incomodado com a postura aberta e liberal da *Wikipedia*, um grupo americano decidiu criar uma versão “cristã” do site. É a <Conservapedia>, que tem por lema “A enciclopédia conservadora na qual você pode confiar”.” (I, 04/2007)

VI. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, procuramos fazer uma análise dos processos de criação de neologismos na área da Informática, tendo em vista a noção de globalização e a influência exercida pela língua inglesa nesta área de especialidade.

Para tanto, utilizamos revistas de divulgação da área da Informática, de grande circulação, para detectar os termos empregados nesse contexto, partindo da premissa de que a grande maioria constitui-se de estrangeirismos.

Procuramos fazer uma demonstração dos processos de formação encontrados, tendo como principal arcabouço teórico o trabalho de Alves (1990), analisando os termos encontrados que nos pareceram de maior relevância, tanto os vernaculares como os recebidos por empréstimo. Discutimos também sobre as políticas linguísticas, as quais sempre geraram grandes polêmicas quanto ao emprego ou não dos estrangeirismos.

Nesse estudo, percebemos que o estrangeirismo mostrou-se muito frequente. De acordo com o *corpus* estudado, da área da Informática, o estrangeirismo está representado por 46% dos termos encontrados, o que demonstrou que essa área é fortemente influenciada por uma cultura externa representada pela língua inglesa. Além disso, os termos não apresentaram nenhum tipo de grafia especial dentro da publicação, como aspas ou itálico, nem explicações entre parênteses quanto ao seu significado. Foram usados como se já pertencessem ao universo léxico do português brasileiro, como se a publicação fosse bilingue.

Observamos, no entanto, que existe uma instabilidade na grafia dos estrangeirismos, como nos casos de *touchpad* ou *touch pad*, em que o termo pode ser grafado das duas formas. A instabilidade do estrangeirismo também fica marcada pela sua concordância nominal de gênero, a exemplo de *print*, ora considerado do gênero feminino, ora do masculino.

A forma estrangeira também pode conviver com seu decalque, como no caso de placamãe. Porém, o decalque, processo de criação de neologismos resultante da tradução literal dos termos, não se apresentou numeroso, ficando muito aquém das expectativas: apenas 1,61% dos termos encontrados.

As siglas e a formação acronímica mostraram-se muito frequentes, principalmente porque nomeiam objetos e serviços utilizados nessa área. Desta forma, a grande agilidade na inovação de equipamentos remete a facilidade de uso e universalização das siglas e acrônimos, inclusive em detrimento das formações sintagmáticas, que representaram apenas 3,36% dos processos de formação.

Por fim, dentre os processos vernáculos, a derivação mostrou-se a mais produtiva, correspondendo a 22,70% dos processos de formação de neologismos.

Todos os processos vernáculos foram responsáveis por 44% dos processos de formação de termos nesta área.

As proporções entre os processos de formação mantiveram-se estáveis ao longo das quinze edições da revista analisada, e mesmo sendo o estrangeirismo o processo com maior percentagem de ocorrência, a soma dos processos vernáculos permaneceu maior, o que vem a demonstrar que não existe uma invasão dos estrangeirismos, nem tão pouco uma ameaça ao nosso idioma.

VII. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, G.M.B.; SOUZA, D.S.L.; PINO, D.H.P. A definição nos dicionários especializados: proposta metodológica. *Revista Debate Terminológico*, 3 - 01/2007

Disponível em:

< http://www.riterm.net/revista/n_3/Art_Barcellos_Almeida.pdf>, Acesso em 14/12/2008.

ALVES, I. M. *Neologismo*: criação lexical. São Paulo: Ática, 1990.

_____ A neologia na língua portuguesa: algumas considerações In: *Actas del V Simpósio Iberoamericano de Terminologia RITerm*. Ciudad de México, del 3 al 8 de noviembre de 1996.

_____ (coord.). Glossário de termos neológicos da economia. *Cadernos de Terminologia* 3. São Paulo: Humanitas, FFLCH, USP, 2001.

_____ Neologia e tecnoleitos. In: OLIVEIRA, A. M.; ISQUIERDO, A. N. (org.). *As ciências do léxico*. 2ed. Campo Grande: Ed. UFMS, 2001, p. 25-31.

_____ *A constituição da normalização terminológica no Brasil* 2 ed. *Cadernos de Terminologia* 1. São Paulo: FFLCH/CITRAT, 2001.

_____ Neologia técnico-científica na imprensa brasileira contemporânea. In: *Actas 1988-2002 Simpósios de RITerm*. Disponível em:

< <http://www.riterm.net/actes/8simposio/iedamariaAlves.htm>> , Acesso em 15/10/2007.

_____ A neologia na língua portuguesa: algumas considerações. In: *Actas 1988-2002 Simpósios de RITerm*. Disponível em:

< <http://www.riterm.net/actes/5simposio/alves2.htm>>, Acesso em 15/10/2007.

_____ A normalização da terminologia da inteligência artificial: algumas considerações In: *Actas 1988-2002 Simpósios de RITerm*. Disponível em :

< <http://www.riterm.net/actes/4simposio/alves.htm>>, Acesso em 15/10/2007.

_____ A neologia na língua falada. In: PRETI, Dino (org). *Léxico na língua oral e na escrita*. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2003. p.262-277.

_____ A unidade lexical neológica: do histórico-social ao morfológico. In: ISQUIERDO, A. N.; KRIEGER, M.G..(org.). *As ciências do léxico*. Vol. II Campo Grande: Ed. UFMS, 2004, p. 77-87.

_____ A observação sistemática da neologia lexical: subsídios para o Estudo do Léxico. *Alfa*, 50 (2): 131-144, São Paulo, 2006.

_____ A renovação lexical nos domínios de especialidade. *Ciência e Cultura*, 58 (2), jun. 2006 . Disponível em:

<http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252006000200013&lng=pt&nrm=iso>, Acesso em 27/04/2009.

_____ Neologia e níveis de análise linguística. In: ISQUIERDO, A. N.; ALVES, I.M. (org.). *As ciências do léxico*. Vol. III Campo Grande: Ed. UFMS; São Paulo: Humanitas, 2007, p. 77-91.

AUBERT, F. H. *Introdução à metodologia da pesquisa terminológica bilingüe*. *Cadernos de Terminologia* 2. São Paulo: FFLCH/CITRAT São Paulo: Humanitas, 2001.

BAGNO, M Cassandra, Fênix e outros mitos. In: FARACO, C.A. (org). *Estrangeirismos: guerras em torno da língua*. São Paulo: Parábola Editorial, 2001, p. 47-83.

_____ *Preconceito linguístico – o que é, como se faz*. 16ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

BARBOSA. M. A. *Léxico, produção e criatividade: processos de neologismos*. São Paulo: Global, 1981.

_____ Aspectos da produção dos vocabulários técnico-científicos. In: *Estudos lingüísticos*. Anais de Seminários do GEL. São Paulo: GEL/USP, 1989.

_____ Lexicografia, lexicologia, terminologia, terminografia, identidade científica, objetos, métodos, campos de atuação. In: *II Simpósio Latino-Americano de Terminologia. I Encontro Brasileiro de Terminologia Técnico-Científica*. Anais: Brasília: União Latina, CNPQ, IBICT, 1990.

_____ Terminologização, vocabularização, cientificidade, banalização: relações. *Acta semiótica et lingüística*, 7. São Paulo: Plêiade, 1998.

_____ Polissemia e parassinonímia nos termos da ecologia. In: *Anais do III E.L.A.*, Vol. 1, São Paulo: Arte e Ciência, 1998.

_____ Reflexões lexicológicas, lexicográficas e terminológicas: o papel da parassinonímia no processo de ensino/aprendizagem. Do léxico, na língua comum e nas linguagens de especialidade In: *Estudos lingüísticos*. Anais dos Seminários do GEL. São Paulo: GEL/USP, 1999

_____ Estrutura, funções e processos de produção de dicionários terminológicos multilíngues. Disponível em: <http://www.gelne.ufc.br/revista_ano1_no2_08.pdf>, Acesso em 14/12/2008

BARROS, N.N. ; PETRONGARI, V.C. Análise “Histórico-Dicionarística” da palavra política. Disponível em: <http://www.iel.unicamp.br/revista/index.php/ile/article/viewFile/39/32>, Acesso em 14/12/2008.

BASILIO, M. *Teoria lexical*. 8 ed. São Paulo: Ática, 2007.

BIDERMAN, M. T. C. *Teoria Lexical*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1978.

_____ O sistema e a norma lingüística e a práxis das línguas de especialidade In: *Actas Del V simpósio iberoamericano de terminologia RITerm* Ciudad de México, del 3 al 8 de noviembre de 1996.

_____ *Teoria lingüística: teoria lexical e lingüística computacional*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

_____ Os Dicionários na contemporaneidade: arquitetura, métodos e técnicas. In: OLIVEIRA, A M P P; ISQUERDO, A N (orgs.) *As ciências do léxico*. 2ª ed.Campo Grande: Ed. UFMS, 2001, p.131-144.

_____ Terminologia e lexicografia. *TradTerm*, 7. Revista do Centro Interdepartamental de Tradução e Terminologia/ Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo. São Paulo: Humanitas, 2001.

_____ *Dicionário de termos financeiros e bancários*. 1ed. São Paulo: Disal, 2006.

BOURDIEU, P. *A economia das trocas linguísticas: o que falar quer dizer*. Prefácio e tradução Sergio Miceli. 2ª ed. São Paulo: Edusp, 1998, p. 23-79.

CÂMARA JÚNIOR, J.M. *Princípios de lingüística geral* 4º ed. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1964.

CARVALHO, N. *Empréstimos lingüísticos*. São Paulo: Ática, 1989.

_____. *A terminologia técnico-científica – aspectos linguísticos e científicos*. Recife: Editora Universitária da UFPE, 1991.

_____. A criação neológica. Disponível em:

< <http://e-revista.unioeste.br/index.php/trama/article/view/681/574>>, Acesso em 07/08/2007.

CASTRO, C. D. A expansão do vocabulário do café: neologismos In: *Estudos lingüísticos*. Anais de Seminários do GEL. São Paulo: GEL/USP, 1999

CHAGAS, G. Lingüística: armadilhas da linguagem. Estudo verifica apropriações idiomáticas In: *Jornal da Unesp – Assessoria de Comunicação e Imprensa* Disponível em: < <http://www.unesp.br/aci/jornal/180/geral2.htm#topo>>, Acesso em: 18/06/2003.

CORREIA, M. Solução de dificuldades lingüísticas devidas à influência de outras línguas. In: *Actas del V simposio iberoamericano de terminologia RITerm*. Ciudad de México, del 3 al 8 de noviembre de 1996.

_____. Neologia e Terminologia. In: http://www.iltec.pt/pdf/wpapers/1998-mcorreia-neologia_terminologia.pdf

, Acesso em 15/12/2008.

_____. Terminologia, neologia e normalização: como tratar os empréstimos neológicos. *Terminômetro*, número especial: A terminologia em Portugal e países de língua portuguesa em África, 2005, p. 15-20. Disponível em: <http://www.iltec.pt/pdf/wpapers/2005-mcorreia-terminometro1.pdf>, Acesso em 25/10/2009.

COSERIU, E. *Teoria da linguagem e lingüística geral: cinco estudos*. Tradução de Agostinho Dias Carneiro; revisão técnica de Carlos Alberto Fonseca e Mário Ferreira. Rio de Janeiro: Presença; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1979.

DUBOIS, J. *Dicionário de Lingüística*. São Paulo: Cultrix, 1978

FARACO, C. A. (org.) *Estrangeirismos: guerras em torno da língua*. São Paulo: Editora Parábola, 2001.

FERREIRA, A. B. H. *Novo Dicionário Eletrônico Aurélio* versão 5.0, que corresponde à 3ª. edição, 1ª. impressão da Editora Positivo, revista e atualizada do Aurélio Século XXI, O Dicionário da Língua Portuguesa. São Paulo: Nova Fronteira, Lexikon Editora Digital Ltda.

FERREIRA, M. Palavras de origem indiana no léxico da língua portuguesa – processos de reiteração, reconfiguração e dispersão semântica In: *Estudos lingüísticos*. Anais de Seminários do GEL. São Paulo: GEL/USP, 1999.

FIORIN, J.L. Considerações em torno do projeto de lei. In: *Estrangeirismos: guerras em torno da língua*. São Paulo: Editora Parábola, 2001, p. 107-125 .

GARCEZ, P.M.; ZILLES, A.M.S. Estrangeirismos – Desejos e Ameaças. In: *Estrangeirismos: guerras em torno da língua* São Paulo: Editora Parábola, 2001, p. 15-36

HOUAISS, A. *Dicionário Eletrônico Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2001. Versão digital Desenvolvido por Lexikon Editora Digital Ltda. Versão 1.5 – Dezembro de 2006.

KRIEGER, M. da G. / FINATTO, M. J. B. *Introdução à terminologia: teoria e prática*. São Paulo: Contexto, 2004.

LIMA, V.M.A. *Terminologia, comunicação e representação documentária*. 1998, 118 p. Dissertação (Mestrado em Ciências). Escola de Comunicações e Artes. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1998.

LYONS, J. *Introdução à Linguística Teórica*. Tradução de Rosa Virgínia Mattos e Silva e Hélio Pimentel. São Paulo: Ed. Nacional/ Ed. da Universidade de São Paulo, 1979.

_____. *Linguagem e Lingüística*. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1988.

NEVES, M. H. M. O campus da discórdia. *Revista Língua Portuguesa*, 31, maio de 2008. São Paulo: Segmento, 2008, p.56 - 59.

OLIVEIRA, L.P., ALVES, I.M. Constituição morfossintática do léxico da genética molecular: a produtividade dos processos de formação de palavras. In: *Afinal, o que, nós, lingüistas, fazemos?* Seleção de textos proferidos durante o IX Encontro dos Alunos de Pós-

Graduação em Lingüística da Universidade de São Paulo / Suzi Oliveira de Lima (Org.). São Paulo: Paulistana Editora, 2007. Vários autores. Disponível em: <<http://www.fflch.usp.br/dl/ixenapol/Trabalhos/oliveiraalves.pdf>>, Acesso em 27/03/2010.

PENTEADO, E. *Análise dos empréstimos lexicais do inglês para o português do Brasil dentro da área de informática*. Disponível em: <http://www4.uninove.br/ulisses/inove/pdf/edilene_penteado_8A3_2004.pdf>, Acesso em 24/06/2005.

POSSENTI, S. A questão dos estrangeirismos In: *Estrangeirismos: guerras em torno da língua*. São Paulo: Editora Parábola, 2001, p.163-185.

PRETI, Dino (org.) *Léxico na língua oral e na escrita*. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2003.

RIO-TORTO, G. Caminhos de renovação lexical: fronteiras do possível. In: ISQUERDO, A.N., ALVES, I.M. (orgs.) *As ciências do léxico*. V III. Campo Grande: Ed. UFMS; São Paulo: Humanitas, 2007, p.23-39.

SANDMANN, A. J. *Morfologia lexical*. São Paulo: Contexto, 1992.

SAUSSURE, F *Curso de Linguística Geral*. 10ª Ed. Tradução de Antônio Chelini, José Paulo Paes e Izidoro Blikstein. São Paulo: Cultrix, s/d.

SEF. Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental – Língua Portuguesa. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998.

VILELA, M. *Estruturas léxicas do português*. Coimbra: Almedina, 1979.

ZILLES, A.M.S. Ainda os equívocos no combate aos estrangeirismos. In: *Estrangeirismos: guerras em torno da língua*. São Paulo: Editora Parábola, 2001, p. 143-161.

VIII. ANEXOS

8.1 Projetos de lei, especialmente PL nº 1676/1999, Dep. Aldo Rebelo

PROJETO DE LEI Nº 1.676-E, DE 1999

(Do Sr. Aldo Rebelo)

SUBSTITUTIVO DO SENADO FEDERAL

AO PROJETO DE LEI Nº 1.676-C, DE 1999, que “Dispõe sobre a promoção, a proteção, a defesa e o uso da língua portuguesa e dá outras providências”; tendo pareceres: da Comissão de Educação e Cultura, pela aprovação (relator: DEP. ÁTILA LIRA); e da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação do Substitutivo do Senado Federal e pela inconstitucionalidade do art. 6º e respectivo parágrafo único (relator: DEP. FLÁVIO DINO).

Despacho: Às Comissões de Educação e Cultura; e de Constituição e Justiça e de Cidadania

Apreciação: Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário

Publicação dos Pareceres das Comissões de Educação e Cultura; e de Constituição e Justiça e de Cidadania

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

I – Relatório

O Projeto de Lei nº 1676-D, de 1999, de autoria do eminente Deputado ALDO REBELO, “que dispõe sobre a promoção, a proteção, a defesa e o uso da língua portuguesa e dá outras providências”, foi remetido ao Senado Federal em 2001 (PLC nº 50/01) para efeito de revisão nos termos constitucionais, após tramitação na Câmara dos Deputados.

A proposição original (PL 1676/99) foi aprovada na então Comissão de Educação, Cultura e Desporto da Câmara dos Deputados, após receber duas emendas: uma de parlamentar, com vistas a restringir a extensão de uma das exceções no tocante a palavras estrangeiras (art. 3º, § 1º, VII); outra de relator, no sentido de remeter para a regulamentação da lei as sanções administrativas a serem aplicadas aos infratores. Na Comissão de

Constituição e Justiça e de Redação a matéria foi aprovada com uma nova emenda, supressiva, da cláusula de regulamentação, por inconstitucional.

Ao chegar ao Senado Federal, a matéria foi objeto de discussão, inclusive por meio de audiência pública no âmbito da Comissão de Educação, em dezembro de 2002. Com a aprovação naquela Casa, – nos termos de um Substitutivo de autoria do ilustre Senador AMIR LANDO, que contou com a Redação do Vencido, para o turno suplementar, por parte da Comissão Diretora, a partir de Parecer do nobre Senador EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS -, o Projeto de Lei (Substitutivo) retornou à Casa de origem neste ano, por força de disposição constitucional, onde ora se encontra, sem novas emendas, na Comissão de Educação e Cultura, para reexame da matéria quanto ao mérito educacional e cultural, sendo sua tramitação sob rito ordinário (art. 52, R.I.).

II – Voto do Relator

Desejo destacar, preliminarmente, a excelência do texto original do nobre Deputado ALDO REBELO, tanto quanto ao conteúdo como também quanto à forma e técnica legislativa do Projeto de Lei. Contudo, cabe também reconhecer que as emendas recebidas pela proposta nesta Casa foram positivas, pois que refletiram não apenas o desejo parlamentar de aprimorar a proposição original, mas também de responder a verdadeiro clamor popular, encabeçado pelos meios de comunicação de massa, no sentido de atenuar pontos considerados excessivos, e por isso inócuos, numa iniciativa legislativa de cunho educacional e cultural, a saber: a severa restrição a estrangeirismos e o grau das sanções penais, como defendidos pelo autor no seu texto original.

Com o Substitutivo do Senado Federal, ora em exame, a proposta oriunda da Câmara dos Deputados, com as já mencionadas emendas, passou por nova depuração, pode-se dizer aperfeiçoamento, que espelhou novas polêmicas e discussões suscitadas pelo assunto, inclusive nas opiniões de especialistas em língua portuguesa, que se manifestaram em documentos escritos e durante a audiência pública realizada no Senado Federal.

Mesmo assim, o Substitutivo do Senado Federal, em apreço neste Parecer, preserva, nos seus sete artigos, o espírito da proposta original: reconhecer a língua portuguesa, a partir de provisão constitucional, como bem do patrimônio cultural brasileiro que concorre para a nossa soberania como nação (art. 1º); estabelecer o rol das incumbências do Poder Público no

intuito de promover, difundir e valorizar a língua portuguesa (art. 2º); definir as situações de obrigatoriedade no uso da língua portuguesa, bem como as condições e as limitações de uso de estrangeirismos (arts. 3º, 4º e 5º); conceder autorização para o estabelecimento de sanções administrativas pela via da regulamentação (art. 6º); indicar cláusula de vigência a partir da data de publicação(art. 7º).

Reconheço que o texto original do ilustre Deputado ALDO REBELO, após toda essa trajetória entre as duas Casas do Congresso Nacional, permeada de polêmicas, discussões e contribuições diversas, e que culmina com o presente Substitutivo, sofreu modificações e até mesmo algumas restrições no seu escopo inicial. Todavia, devo também reconhecer que o Substitutivo ora em exame, oferecido pelo Senado Federal, é uma proposição que resultou do consenso que foi possível alcançar em meio a todas as questões e controvérsias geradas pela idéia de se editar uma lei sobre a promoção, a proteção, a defesa e o uso da língua portuguesa.

Posto isso, quero registrar com veemência que ao conceder meu voto favorável ao Substitutivo objeto deste Parecer, não estou apenas reconhecendo o enorme e indiscutível mérito educacional e cultural de uma iniciativa legislativa sobre a língua portuguesa, mas, sobretudo, sinto que estou concorrendo para pavimentar o caminho em prol da “Lei Aldo Rebelo da Língua Portuguesa”.

De fato, estou seguro de que a proposição em pauta, quando cristalizada em diploma legal, será um marco para o crescimento da auto-estima nacional no tocante à nossa língua pátria, e assim à nossa cultura. Mais ainda: terá grande impacto no ensino da língua portuguesa em todos os níveis e modalidades da educação nacional.

Afinal, a proposta do ilustre Deputado ALDO REBELO, agora consubstanciada nos termos do Substitutivo do Senado Federal, enseja que a língua continue viva, em evolução, como é de desejar em resposta às mudanças sociais e culturais do nosso tempo, mas enseja também que se tenha no País uma relação mais inteligente, sobretudo crítica, em relação aos estrangeirismos.

Assim sendo, recomendo ao meus ilustres pares nesta Comissão a leitura da justificção do Projeto de Lei nº 1676, de 1999. Essa peça que fundamenta a oportuna iniciativa legislativa do nobre parlamentar ALDO REBELO, além de bem escrita, é um

convite à reflexão sobre a língua como fator de integração e soberania nacional. Não hesito, portanto, em também recomendá-la como leitura a todos os brasileiros que se interessam pela promoção da cidadania e da brasilidade no seio do nosso povo.

Voto, portanto, pela aprovação do Projeto de Lei nº 1676-D, de 1999, do eminente Deputado ALDO RABELO, nos termos do Substitutivo que nos chegou do Senado Federal após a revisão constitucional da proposta original.

Sala da Comissão, 12 de agosto de 2003. – Deputado Átila Lira, Relator.

III – Parecer da Comissão

A Comissão de Educação e Cultura, em reunião ordinária realizada hoje, opinou pela aprovação do Substitutivo do Senado Federal ao Projeto de Lei nº 1.676-C/1999, nos termos do Parecer do Relator, Deputado Átila Lira.

Estiveram presentes os Senhores Deputados:

Gastão Vieira – Presidente, Jonival Lucas Junior e Lobbe Neto – Vice-Presidentes, Alice Portugal, Antônio Carlos Biffi, Átila Lira, Carlos Abicalil, Celcita Pinheiro, César Bandeira, Chico Alencar, Clóvis Fecury, Costa Ferreira, Eduardo Seabra, Fátima Bezerra, Gilmar Machado, Humberto Michiles, Iara Bernardi, Ivan Valente, João Matos, Miriam Reid, Neyde Aparecida, Paulo Kobayashi, Paulo Lima, Paulo Rubem Santiago, Rogério Teófilo, Severiano Alves, Eduardo Barbosa, Luiz Bittencourt, Márcio Reinaldo Moreira e Rafael Guerra.

Sala da Comissão, 27 de agosto de 2003. – Deputado Gastão Vieira, Presidente.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

I – Relatório

A proposição em análise, de autoria do Deputado Aldo Rebelo, dispõe sobre a promoção, a proteção, a defesa e o uso da língua portuguesa e dá outras providências.

Nesta Casa, o projeto foi aprovado com duas emendas, após apreciação pelas Comissões de Educação, Cultura e Desporto e de Constituição e Justiça e de Redação.

O texto referendado na Câmara estabelece a obrigatoriedade da utilização do vernáculo em uma miríade de domínios socioculturais, excluídas as situações que especifica, tais como as manifestações decorrentes do exercício dos direitos insertos nos incisos IV e IX da Constituição Federal. A proposição considera “lesiva ao patrimônio cultural brasileiro” e “punível na forma da lei” qualquer utilização de palavra ou expressão estrangeira, ressalvados os casos que excepciona. Determina, ainda, a substituição de todas as expressões estrangeiras em uso no país por equivalentes ou neologismos na língua portuguesa, no prazo de 90 dias. Comete ao regulamento o estabelecimento de sanções administrativas pelo descumprimento de suas prescrições.

No Senado, submetida ao crivo da Comissão de Educação, a proposição recebeu Substitutivo de autoria do Senador Amir Lando. Preservando alguns fundamentos da original, a proposição derivada comporta inovações sensíveis e profícuas, oriundas de sugestões colhidas em audiência pública e de consultas a especialistas.

O Substitutivo restringiu sua abrangência às palavras e expressões escritas, além de minorar as situações em que é obrigatório o uso do vernáculo pelos particulares. Fundamentalmente, o projeto torna forçosa a utilização da língua portuguesa nos documentos emitidos pela Administração. Determina, ainda, que os administrados aponham a seus documentos escritos as expressões vernaculares correspondentes às expressões estrangeiras que eventualmente utilizem. Também obriga os meios de comunicação de massa impressos a utilizarem apenas a versão aportuguesada de expressões técnicas, contidas em glossários publicados por comissões específicas. Assim como a proposição originária, a proposição derivada transfere o estabelecimento de sanções à regulamentação.

Em virtude da apresentação de Substitutivo, o projeto retornou a esta Casa, sendo novamente distribuído às Comissões de Educação, Cultura e Desporto e de Constituição e Justiça. Integralmente aprovada naquela Comissão, a nova proposição passa a ser analisada por esta.

Cabe a esta Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, nos termos regimentais, apreciar o Substitutivo em exame quanto aos critérios da constitucionalidade, da jurisdição, da técnica legislativa. Inicialmente, cremos não haver óbices em relação à constitucionalidade da proposta, vez que seu conteúdo material está incluído no dispositivo relativo à competência legislativa concorrente, qual seja, o art. 24 da Constituição Federal, especificamente em seu inciso VII. Também foram adimplidos os ditames relativos à iniciativa legiferante, previstos na cabeça do art. 61 da Constituição da República.

Ainda quanto à constitucionalidade, reputamos louvável a iniciativa do proponente, que concorre para a satisfação de princípios insertos na Constituição Federal, notadamente os contidos nos arts. 13, 215 e 216 § 1º.

Do ponto de vista da jurisdição, também não há condicionantes, posto que a proposição não colide com princípio de direito, norma legal ou entendimento jurisprudencial.

Quanto à técnica legislativa empregada na proposição, entendemos que se trata de texto adequado às imposições estabelecidas pela Lei Complementar nº 95, de 1998, alterada pela Lei Complementar Nº 107, de 2001.

Quanto ao mérito, escusamo-nos de propor emendas, em atendimento à competência regimental desta comissão (art. 32, IV, do RICD). Contudo, denotamos que o art. 6º e respectivo parágrafo único ferem o princípio constitucional da legalidade administrativa, inserto no art. 37 da CF.

Maculando o princípio constitucional da legalidade administrativa, inserto no art. 37 da CF, o art. 6º da proposição derivada comete à regulamentação infralegal o estabelecimento de sanções administrativas, aplicáveis quando inadimplidas as prescrições legais. O princípio da legalidade administrativa, na visão doutrinária dominante, encerra o preceito de que a Administração Pública somente pode agir quando a lei autorizar a atuação. Ao tornar obrigatória a utilização do vernáculo em determinadas situações, o Substitutivo restringe a liberdade dos administrados, em benefício do interesse público, consubstanciado na proteção ao patrimônio cultural brasileiro.

Portanto, a proposição em análise regula hipóteses de exercício do poder de polícia da administração. O poder de polícia encontra sua razão no interesse social e seu fundamento na supremacia geral que exerce o Estado sobre os administrados. É conceituado por Hely Lopes Meireles como “a faculdade de que dispõe a Administração Pública para condicionar e restringir o uso e gozo de bens, atividades e direitos individuais, em benefício da coletividade ou do próprio Estado.”¹ Nesta seara, o atendimento ao princípio da legalidade administrativa é ainda mais impositivo, consoante o magistério de Lucas Rocha Furtado:

De todas as atividades desenvolvidas pelo Estado, a de polícia é a que mais requer a observância da legalidade administrativa. De acordo com os postulados básicos do Estado constitucional, qualquer medida restritiva da liberdade dos cidadãos pressupõe a competência administrativa outorgada não apenas por lei, mas por lei específica, sendo voltada a outorga de competência genérica de poder de polícia para adotar, por exemplo, qualquer medida necessária à manutenção da ordem pública.

O exercício do poder de polícia pressupõe 1. lei específica; 2. órgão especificamente indicado para o exercício da potestade pública; 3. situações que justifiquem a intervenção estatal; e 4. As medidas de intervenção definidas em lei.

.....(...)

Não pode o regulamento prever novas hipóteses de intervenção ou de sanção não previstas em lei, mas pode, dentro dos limites ou parâmetros fixados em lei, indicar como a Administração Pública deve agir em determinadas situações.² É inconstitucional, portanto, prever que o estabelecimento de sanções administrativas, decorrentes do exercício do poder de polícia, será realizado mediante regulamento.

Em função do exposto, manifesto-me pela aprovação do Substitutivo do Senado, tendo em vista a sua constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, ressalvado o art. 6º e o respectivo parágrafo único, na forma de emenda supressiva a ser apresentada em Plenário.

Sala da Comissão, 12 de dezembro de 2007. – Deputado Flávio Dino, PCdoB/MA
Relator.

1 MEIRELES, Hely Lopes. Direito Administrativo Brasileiro, 22ª edição, Malheiros: 1995. Pág. 115.

II. FURTADO, Lucas Rocha. Curso de Direito Administrativo. Belo Horizonte. Editora Forum: 2007. Pág. 657-659

III – Parecer da Comissão

A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, em reunião ordinária realizada hoje, opinou unanimemente pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação do Substitutivo do Senado Federal ao Projeto de Lei nº 1.676-B/1999 e pela inconstitucionalidade do art. 6º e respectivo parágrafo único, nos termos do Parecer do Relator, Deputado Flávio Dino. Estiveram presentes os Senhores Deputados: Leonardo Picciani - Presidente, Marcelo Itagiba - Vice- Presidente, Benedito de Lira, Cândido Vaccarezza, Colbert Martins, Edmar Moreira, Edson Aparecido, Felipe Maia, Flávio Dino, Geraldo Pudim, Gerson Peres, José Genoíno, Maurício Rands, Mauro Benevides, Mendonça Prado, Moreira Mendes, Nelson Pellegrino, Odair Cunha, Paulo Teixeira, Professor Victorio Galli, Renato Amary, Sérgio Barradas Carneiro, Silvinho Peccioli, Vital do Rêgo Filho, André de Paula, Antonio Bulhões, Antônio Carlos Biffi, Arnaldo Faria de Sá, Dilceu Sperafico, Eduardo Cunha, Hugo Leal, Humberto Souto, Iriny Lopes, José Carlos Aleluia, Odílio Balbinotti, Pinto Itamaraty, Rubens Otoni, Severiano Alves, Veloso e William Woo.

Sala da Comissão, 13 de dezembro de 2007. – Deputado LEONARDO PICCIANI, Presidente